

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS FRANCA  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

*NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA*

**VOYAGE EN ÉGYPTÉ: AS REPRESENTAÇÕES DO ANTIGO EGITO NA  
NARRATIVA DE GUSTAVE FLAUBERT DURANTE O IMPERIALISMO  
FRANCÊS DO SÉCULO XIX**

FRANCA  
2007

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – CAMPUS FRANCA  
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

*NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA*  
(mestranda)

**VOYAGE EN ÉGYPTÉ: AS REPRESENTAÇÕES DO ANTIGO EGITO NA  
NARRATIVA DE GUSTAVE FLAUBERT DURANTE O IMPERIALISMO  
FRANCÊS DO SÉCULO XIX**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito  
e Serviço Social (Programa de Pós-Graduação  
em História), para a obtenção do Título de  
Mestre.

**Orientadora:** Prof(a). Dr(a). Margarida Maria de Carvalho

FRANCA  
2007

**NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA**

**VOYAGE EN ÉGYPTE: AS REPRESENTAÇÕES DO ANTIGO EGITO NA  
NARRATIVA DE GUSTAVE FLAUBERT DURANTE O IMPERIALISMO  
FRANCÊS DO SÉCULO XIX**

Dissertação, apresentada para obtenção do Título de Mestre, à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social.

Área de Concentração: História e Cultura.

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente (orientadora):** \_\_\_\_\_

Prof(a) Dr(a) Margarida Maria de Carvalho – UNESP / Franca

**1º Examinador(a):** \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari – IFCH - Unicamp

**2º Examinador(a):** \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a). Tânia Costa Garcia – UNESP / Franca

Franca, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

*Dedico essa Dissertação a meu pai Gilmar, a minha mãe  
Silvana e a minha irmã Nadia pelo apoio e amor  
incondicionais.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar os meus agradecimentos pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, que me orientou durante toda a graduação na Unicamp, indicando o caminho para a linha de usos do passado e que resultou na temática desta Dissertação. Além de agradecê-lo por aceitar o meu convite para a banca de Qualificação e Defesa, foi ele quem me apresentou a Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, que aceitou o desafio de me orientar durante o Mestrado em Franca. A ela devo a paciência e as valiosas sugestões e críticas que foram de importante ajuda durante a produção desse trabalho. Agradeço também a Profa. Tânia da Costa Garcia pelas indicações bibliográficas e comentários tecidos na Qualificação e que me auxiliaram na elaboração final da Dissertação.

São muitas as pessoas que conheci durante meus anos de graduação. As primeiras foram a Soraya Silva e Nádia Armelin, que acompanharam os meus primeiros dias como uma aluna de História. Agradeço aos colegas da minha turma de História de 2000, em especial a Cristiane Miyasaka, Lericce Garzoni, Marcela Marrafon, Mariana Gallo, Michel Mendes, Ricardo Barros, Roberta Silvestre, Thaís Rezende e Viviane Cattozzi, pois a companhia e o carinho desses amigos tornam os meus dias em Campinas mais felizes. A Maria Fernanda Regis, que me acompanhou ao Rio de Janeiro no primeiro congresso que participei. Não poderia deixar de agradecer a Alessandra Prando, Fabíola Andreza Santos, Flávio Carnielli, Roberta Alexandrina, Tharsila de Medeiros e Verônica Borges que compartilharam comigo durante esses dois anos de Mestrado histórias, certezas e muitas dúvidas.

As pessoas que conheci, muitas vezes pelos codinomes, na cantina e que se tornaram meus amigos: Alessandra Gomes, Arnaldo Vitaliano, Carlos “Pooh” Carrara,

Carol Marmo, Diego Nieto, Fábio “Gianne”, Fábio Karam, “Gera”, Gustavo Ricciardi, “Lekão Wolck”, Lílian Mendes Lincon “Saviola”, “Luisão” Alves, Nestor Tsu, Tiago “Sumaré” e Vagner Carbonni, “Vivi” Mancilha. Aos meus vizinhos Luiz Fernando Bittencourt e André Vignatti, que me acompanharam às muitas festas realizadas na Unicamp, e pelas conversas até a madrugada.

Às Profa. Dra. Renata Garraffoni e a Profa. Dra. Vanessa Bortulucce, que leram os primeiros manuscritos do projeto de Mestrado, pela amizade e incentivo à pesquisa. Ao Doutorando Lúcio Menezes Ferreira, pelas sugestões ao meu trabalho, e que auxiliaram na composição do Projeto de Mestrado.

Ao revisor dessa Dissertação, Sergio Drummond M. Carvalho, pelas importantes sugestões e mudanças, tornando o texto mais inteligível. Ao Iulo Feliciano, que traduziu para o inglês o resumo desse trabalho.

As pessoas que eu conheci em Ribeirão Preto, minha cidade Natal, um agradecimento especial. À Elis Akabochi, Renata Gomes e Talita Sartori, que me mostraram o valor de uma amizade sincera e verdadeira. Às minhas avós, tios e primos por fazerem parte da minha família.

O meu maior agradecimento vai para o meu pai Gilmar, a minha mãe Silvana e a minha irmã Nadia, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida. Agradeço também por me ensinarem o significado da palavra amor e respeito. Mesmo estando longe, vocês estão presentes em cada pensamento que me ocorre durante o dia. Eu não conseguiria aqui expressar todo o meu amor por vocês. É para vocês que eu dedico essa Dissertação.

## RESUMO

O Antigo Egito, ao longo do tempo, sempre atraiu a atenção de outras civilizações. A partir do final do século XVIII, o Ocidente, principalmente Inglaterra e França, volta o seu olhar, desta vez com mais interesse, para o Oriente, visando adquirir um maior conhecimento sobre essas civilizações e articulando um discurso denominado Orientalismo. Essa pesquisa procura demonstrar como este discurso esteve presente na sociedade européia, influenciando as relações entre orientais e ocidentais, valendo-se da obra literária produzida por Gustave Flaubert intitulada *Voyage en Egypte: octobre 1849-juillet 1850*. Com base nessa fonte, juntamente com a discussão bibliográfica proposta, pretendo analisar as representações idealizadas sobre o Antigo Egito, provenientes do discurso orientalista difundido no Ocidente ao longo do século XIX, que constrói o Oriente com o objetivo de justificar a dominação exercida nesta região.

**Palavras-chaves:** História – Literatura – Egito – Imperialismo

## ABSTRACT

The Ancient Egypt has always attracted the attention of other civilizations. Since the end of the 18<sup>th</sup> century, the West, mainly England and France, turns its eyes more carefully to the East in order to acquire a greater knowledge about those civilizations, articulating a discourse called Orientalism. Based on the literary work of Gustave Flaubert entitled *Voyage en Egypte: octobre 1849-juillet 1850*, the aim of this paper is to demonstrate how this discourse was present in European society, influencing the relationships among western and eastern peoples. An analysis of the representations that derived from the orientalist discourse idealized about the Ancient Egypt along the 19<sup>th</sup> century was carried out with the objective to show that such discourse created an image of the East in order to justify the domination exerted in that region.

**Key-words:** History - Literature - Egypt - Imperialism

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura 1</b> – Mapa do Egito encontrado na obra de Gustave Flaubert _____	102
<b>Figura 2</b> – <i>Batalha das pirâmides</i> , Francois-Louis-Joseph Watteau, 1798-1799. __	103
<b>Figura 3</b> – Batalha do Nilo _____	104
<b>Figura 4</b> – Invasão das tropas napoleônicas no Egito _____	105
<b>Figura 5</b> – Fotografia do Vale de Gizé – Máxime du Camp – 1849-1850 _____	106
<b>Figura 6</b> – Fotografia da coluna do templo de Karnak – Máxime du Camp – 1849-1850 _____	107
<b>Figura 7</b> – Fotografia de Medinet-Abou – Máxime du Camp – 1849-1850 _____	108
<b>Figura 8</b> – Fotogradia de Abul Simbel – Máxime du Camp – 1849-1850 _____	109

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> _____	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – GUSTAVE FLAUBERT E A NARRATIVA NO SÉCULO XIX</b> _____	<b>16</b>
<b>1.1 História e Literatura. Discussão teórica e metodológica.</b> _____	<b>17</b>
<b>1.2 Tratamento da fonte</b> _____	<b>32</b>
<i>1.2.1 Gustave Flaubert e sua obra</i> _____	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO II – PRECEDENTES PARA A COMPREENSÃO DA NARRATIVA DE VIAGEM DE GUSTAVE FLAUBERT NO CONTEXTO ORIENTALISTA</b> _____	<b>39</b>
<b>2.1 Considerações iniciais</b> _____	<b>39</b>
<b>2.2 Sobre Cultura, Imperialismo, Identidade e Nacionalismo</b> _____	<b>40</b>
<b>2.3 O Orientalismo</b> _____	<b>47</b>
<b>2.4 A construção da identidade francesa acerca do Egito Antigo</b> _____	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO III – O ANTIGO EGITO NA CONCEPÇÃO DE FLAUBERT</b> _____	<b>60</b>
<b>3.1 Considerações iniciais</b> _____	<b>60</b>
<b>3.2 A interpretação histórica do Antigo Egito citado por Flaubert</b> _____	<b>62</b>
<b>3.3 As representações do Antigo Egito na obra de Gustave Flaubert</b> _____	<b>74</b>
<b>4. CONCLUSÃO</b> _____	<b>87</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> _____	<b>91</b>
<b>ANEXOS</b> _____	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

A idéia de se estudar o Egito Antigo surgiu na graduação, com as leituras que realizei durante o curso de graduação em História sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (Unicamp). Porém, ao entrar em contato com a obra de Edward Said, *Orientalismo*, percebi que havia um novo campo aberto ao estudo da Antiguidade Oriental, o chamado usos do passado, que apresenta a preocupação de entender como houve a manipulação do passado por grupos no poder para legitimar os seus discursos e as suas práticas vigentes. Dessa forma, surgiu o meu projeto de Mestrado, intitulado “*Voyage en Égypte: as representações do Antigo Egito na narrativa de Gustave Flaubert durante o imperialismo francês do século XIX*”, sob a orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho (Unesp/ Franca).

Um ponto a ser destacado nesse momento é o caráter inédito dessa obra escrita por Flaubert como fonte histórica, focalizando nas passagens descritas por ele sobre os monumentos do Egito faraônico detalhes que apontam para uma apropriação dessa sociedade oriental pelo imperialismo francês, justificando as invasões a esse território e servindo de contraponto na formação da identidade nacional francesa.

Um dos primeiros historiadores a mapear o uso da Antiguidade por estudiosos modernos e contemporâneos foi Arnaldo Momigliano. Esse autor (1997: 304) afirma que o historiador é um recopiador de fatos do passado humano e que no momento de registro ocorreu uma seleção dos acontecimentos, gerando um princípio de interpretação dos fenômenos escolhidos para serem copiados. Essa interpretação pode ser observada, segundo Momigliano (1997: 13), nos estudos sobre as ideologias políticas, iniciados com as pesquisas sobre a política em textos gregos e romanos, e que serviram para a

produção da propaganda, implícita ou explícita, nazi-facista em meados da década de 1920.

Moses I. Finley (1989: 57) demonstra o problema e a natureza das generalizações, como os historiadores da história antiga suprimem ou presumem fatos em seus estudos. Ao ordenar os eventos, não importando a maneira como eles são classificados, ocorrem generalizações no momento em que se inicia a explicação desses acontecimentos. Finley comenta os estudos de Momigliano, inclusive o “*complexo e persistente contraponto que ele tece... entre o mundo antigo e moderno*” (1989: 76), auxiliando na análise da tradição encontrada nos estudos da Antigüidade na historiografia moderna e contemporânea.

O historiador Pierre Vidal-Naquet (2002), em seu livro *Os gregos, os historiadores, a democracia*, trabalha com a diversidade de características da democracia, e de que maneira ela transmitida pelos estudiosos desde os períodos moderno até os dias atuais. Ele salienta, em um dos capítulos de sua obra, como a democracia ateniense trabalhada para justificar a adoção de sistemas de governos ou discursos no ano anterior à Revolução Francesa.

Esse uso das instituições antigas durante a Revolução Francesa foi o tema de José Antonio Dabdab Trabulsi no texto *Liberdade, Igualdade, Antigüidade: a Revolução Francesa e o Mundo Clássico* (1998), apontado para o modo como a democracia ateniense, a oligarquia espartana e a república romana serviram de base para o estabelecimento de democracia na França pós-revolucionária. A recuperação dos valores antigos, de acordo com o autor (1998: 209), não oferecia nenhuma dificuldade para as discussões que na época recusavam a tirania como forma de governo; ou seja, a luta que os revolucionários instauraram contra o rei Luis XVI.

Pedro Paulo Funari (2006: 19) afirma que a Guerra do Peloponeso serviu de modelo para as análises realizadas sobre as duas guerras mundiais ocorridas no século XX e atualmente, para comparações entre Estados Unidos e Iraque, em guerra desde 2003. O assessor do ministro da Defesa Davis Hanson, segundo Funari (2006: 43), traça um paralelo entre os Estados Unidos e Atenas, sugerindo uma mudança dos sistemas de governos dos países invadidos para o democrático, buscando novos aliados.

Glaydson José da Silva (2005) é outro historiador nessa mesma linha de pesquisa. Sua tese versa sobre como a República de Vichy, implantada durante a permanência da Alemanha nazista na França (1940-1944), manipulou o discurso vigente em prol de uma nova França, descendente de um passado gaulês. Silva também aponta nesse trabalho como essa manipulação do passado francês cria uma nova memória coletiva, reavivando figuras históricas pertencentes à tradição francesa.

A História Cultural é uma outra linha de pesquisa com a qual o trabalho aqui proposto dialoga. Suas categorias explicativas analisam a cultura da sociedade estudada; uma influência herdada da Antropologia. Max Weber (1864-1920) e Marc Bloch (1886-1944), por exemplo, retornam a Heródoto em seus estudos, porque ele enfatiza os elementos culturais das sociedades que ele descreve, uma reação ao positivismo da História francesa do século XIX. Claude Lévi-Strauss (1908 -) não está preocupado com a questão da superioridade entre raças, que permeou boa parte do século XIX e XX, mas com a contribuição e a diversidade da cultura que compõe as diferentes nações. Não se pode excluir o fato de que as culturas assimilam elementos estrangeiros para a constituição de suas identidades, pois não há culturas isoladas, mas uma coexistência entre elas.

A temática do Antigo Egito fascina muitas sociedades desde a Antigüidade até os dias atuais, principalmente a Europa. Como comenta Silva (2005) os trabalhos que

versam sobre os usos do passado, quando realizados por estudiosos que se encontram no chamado Terceiro Mundo, como é o caso dessa Dissertação, percebem ao longo das discussões historiográficas que os autores franceses estão comprometidos com os interesses europeus, tornando o nosso trabalho mais crítico.

A diversidade se dá pela relação entre culturas, e não por um isolamento, o que Heródoto já havia chamado a atenção para algumas características culturais da Grécia, e que foi criticado na sua época e também durante o século XIX. Para Edward Said, com o imperialismo, *“todas as culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo”* (1995: 28). As trocas culturais podem ser pensadas como um movimento de empréstimo ou imitação entre as culturas, segundo Gilberto Freyre (1900-1987), por isso não há uma raça superior. Para Freyre, a cultura é dinâmica e expansiva; o indivíduo é portador de traços de cultura, que dissemina e combina com outros traços. A perspectiva que adotei nesse trabalho analisa a sociedade francesa do século XIX através das representações que Gustave Flaubert do Antigo Egito em seu diário de bordo, tentando mapear as características culturais que o influenciaram em sua viagem.

O conceito de cultura política é uma outra vertente de estudos encontrada nessa Dissertação, que procura salientar os acontecimentos políticos e sociais da França oitocentista e que são importantes para a leitura do diário de bordo de Gustave Flaubert. A cultura política nasce dentro da ciência política e da sociologia dos anos de pós-guerra, e se desenvolve no ápice da sociedade democrática norte-americana. Para Gabriel Almond (1999: 203), a teoria de cultura política pode ser definida de quatro formas: a) composta pela resposta da população de uma nação sobre o que seria política; b) conceito envolve atitudes, crenças, valores e normas, que são mais ou menos compartilhadas; c) ela não é pré-determinada, e sim resultado da socialização primária,

educação, exposição à mídia e experiências adultas com as ações do governo e d) a cultura política influencia as estruturas e o desempenho político e do governo. O mesmo autor afirma que a cultura política *“é uma variável relativamente flexível, influenciada de maneira significativa pela experiência histórica assim como pela estrutura e o desempenho governamental e políticos”* (1999: 206).

Margaret Somers salienta que para *“compreender as peculiaridades do conceito de cultura política, a lógica interna desta teoria, pode tornar-se visível considerá-la como uma rede conceitual. Ela exige nada menos que uma sociologia histórica da formação de conceitos”* (1996: 34), contextualizando as pesquisas históricas e percebendo as redes conceituais as quais eles pertencem, procurando entender a maneira como esses conceitos operam.

Segundo René Rémond (1996: 19), o objetivo dos estudiosos, seria a de compreender as atitudes políticas de um ponto de vista social; o conceito de cultura política criou uma dimensão nova no estudo da política, distante dos objetos mais tradicionais que viam somente os mecanismos de poder e as idéias somente políticas. Para esse autor (1999: 29), a pluridisciplinaridade contribui de forma decisiva para a renovação da história cultural, principalmente o diálogo com as ciências sociais, que obrigou os historiadores a formularem novas perguntas para o estudo da cultura política.

Dividir Essa Dissertação de Mestrado compõe-se de três capítulos. No primeiro, dividido em dois itens, preocupamo-nos em apresentar uma breve discussão sobre os conceitos de História e Literatura, destacando as opiniões de alguns estudiosos sobre o uso de obras literárias como fonte histórica, não havendo uma pretensão de findar esse debate, além de inserirmos as nossas considerações acerca do que foi debatido. No segundo item, houve a elaboração de um rápido panorama da vida e obra de Gustave

Flaubert, assim como dos estilos literários que marcaram as obras desse literato presentes no século XIX.

O segundo capítulo, além das considerações iniciais, traz um tópico que discute historiograficamente os conceitos de orientalismo, imperialismo, identidade e sentimento nacionalista, salientando como eles se relacionam e influenciam as suas teorias acerca do que deve ser cada conceito. Na segunda parte traçamos um panorama do cenário político, social e econômico do século XIX, evidenciando como política e cultura estão ligadas, e que interferem na maneira com a qual o Ocidente percebe o Oriente durante o contato proporcionado pelas conquistas européias impostas ao Leste.

Após as considerações iniciais, o terceiro capítulo, na primeira parte, buscou desenhar o cenário histórico do Antigo Egito, baseando-se nas referências de Flaubert, descrevendo as dinastias, o alfabeto, as mulheres, os monumentos arquitetônicos e a arte faraônica. Na segunda parte, serão analisadas as representações que o nosso literato faz do Antigo Egito, em que se percebem, nas passagens retiradas de *Viagem ao Egito*, o espírito cientificista, o discurso imperialista e o esforço orientalista para traduzir o Antigo Egito à sociedade francesa do século XIX, recorrendo-se, sempre que necessário, às discussões realizadas nos capítulos anteriores.

Esta pesquisa de Mestrado tem a preocupação de apontar novas formas de se abordar o estudo da Antigüidade, especialmente, do Antigo Egito, considerando os atuais debates sobre a História Cultural e a Cultura Política na interpretação tanto das representações quanto do contexto em que elas foram produzidas, sinalizando para um campo aberto a várias possibilidades de recortes de estudos e interpretações.

## CAPÍTULO I

### GUSTAVE FLAUBERT E A NARRATIVA NO SÉCULO XIX

“Nosso século é o século da história”.  
(MONOD: 1876: 314)

O uso das obras literárias – como fontes para o estudo da História – tem gerado, atualmente, diferentes opiniões entre os historiadores<sup>1</sup> e os estudiosos da Literatura. Pela quantidade de textos produzidos sobre essa temática, torna-se uma tarefa árdua tentar apontar as várias interpretações a respeito da relação entre os textos literários e a produção de um conhecimento histórico. Interar-se dessa discussão faz-se necessário, uma vez que a História tem recorrido a diferentes áreas das Ciências Humanas, como a antropologia, a sociologia, a economia e a crítica literária para o estudo do passado. Através dessa última, podemos reconhecer como a análise do texto e do contexto, bem como do discurso podem nos auxiliar na abertura “do paradigma historiográfico de realidade e representação, principalmente do século XIX” (KRAMER 2001: 135).

Dado o exposto acima, preocupamo-nos, neste capítulo, em apresentar as vertentes mais recentes sobre essa discussão, inserindo, oportunamente, a nossa opinião. Assim, atentaremos à maneira como o texto e o contexto interagem entre si, observando também conceitos da *análise do discurso* e da *representação*<sup>2</sup>, pontos importantes em relação ao entendimento da fonte escolhida para o estudo do Antigo Egito no século XIX – a narrativa de viagem do literato francês Gustave Flaubert –

---

<sup>1</sup> Dominick La Capra afirma que “recentes ênfases na narrativa não têm trazido um consenso entre os historiadores nem sobre o papel da narrativa na historiografia ou sobre a natureza precisa e status do procedimento da narrativa na história e na literatura” (2000: 23). (tradução nossa).

<sup>2</sup> A decisão, nessa Dissertação, foi pelo uso dessas duas categorias para o estudo do Antigo Egito na narrativa de viagem de Gustave Flaubert. Apesar da análise do discurso e a representação terem origens diferentes, o primeiro na literatura e a segunda na historiografia, são conceitos não excludentes entre si, mas que nos auxiliam na análise de como são projetadas as prerrogativas imperialistas dos grupos dominantes na França nas sociedades orientais durante o século XIX, legitimando suas condutas e projetos nessas localidades, bem como esboçando uma nova identidade para esses grupos.

escrita durante a sua estada no Oriente entre 1849 e 1850, em que ele narra todas as impressões e experiências dessa viagem – intitulada *Viagem ao Egito*<sup>3</sup>, uma fonte pouco explorada nos estudos tanto sobre a Antigüidade egípcia quanto sobre o século XIX, tornando-se um bom exemplo para se compreender o imaginário histórico da época.

## 1.2 Flaubert, História e Literatura. Discussão teórica e metodológica.

É importante, antes de iniciarmos essa discussão contemporânea sobre a relação entre História e Literatura, relatar como essas duas disciplinas eram pensadas no século XIX, recorte cronológico desta pesquisa. É nesse contexto que a História se torna uma disciplina acadêmica, mas ainda com os resquícios do antiquarismo, criando um movimento em que se procurava, de acordo com Eric Hobsbawm (1977: 309), colecionar relíquias do passado, escritas ou não<sup>4</sup>, e que se tornou uma paixão nacional. Entretanto, a História nasce como um gênero literário, com a obra *Histórias* do historiador grego Heródoto, escrita no século V a.C. Preocupado com as causas da guerra entre Atenas e Tróia, Heródoto realiza uma investigação, a partir de suas observações e de relatos colhidos durante suas viagens, sobre a cultura e a história dos povos; uma narrativa sobre o presente e o passado através da observação, e não de uma experimentação dos fatos ocorridos. Tucídides, outro historiador grego, opõe-se a tentativa de Heródoto de justificar a guerra através da cultura, afirmando que as causas da Guerra do Peloponeso estão na origem do conflito e seriam explicadas por si

---

<sup>3</sup> Nesta pesquisa, optamos por traduzir os títulos das obras, indicando, em nota, o título original. No original, *Voyage en Égypte*.

<sup>4</sup> A viagem realizada por Napoleão Bonaparte ao Egito durante o ano de 1798 resultou na aquisição de várias peças arqueológicas, as quais compõem, hoje, os acervos dos museus franceses.

mesmas<sup>5</sup>. De acordo com Jorge Lozano (1994: 12), desde Heródoto e Tucídides, toda uma história antiga se caracterizou pela proximidade temporal ao objeto de investigação histórica, ou seja, uma história em tempo presente, que se viu ou ouviu um passado recente e que lhe foi narrado<sup>6</sup>.

O que deve ser lembrado aqui é que ambos os historiadores clássicos tomam a história como um gênero literário. Dessa forma, a sua narrativa tem que ser esteticamente atraente, ela “deve convencer pela beleza” (FUNARI 2004: 01), não havendo uma preocupação em citar ou criticar as fontes que eles utilizam, mas sim em criar discursos para as suas personagens que fascinem o leitor.

Apesar desses resquícios, a disciplina desenvolveu novos parâmetros, empregando, como afirma Ciro F. Cardoso (1997: 04) na introdução de *Domínios da História*, modelos macro-históricos e teorizantes: voltados para a inteligibilidade, a explicação e a delimitação do irracional, do acaso, do subjetivo. Entre esses modelos está o evolucionismo, o marxismo, o weberianismo e algumas vertentes estruturalistas – todos marcados pela racionalidade e “cientificidade assumida” – abandonando a narrativa literária e se aproximando de uma forma de descrição do passado mais científica.

Durante o período da Restauração na França, segundo Arno Wehling (1973: 178-9), a concepção de História oscilava entre o *pensamento filosófico* (o passado comprovando o postulado e a funcionalidade do processo, como em Vico, Herder ou Hegel), o *exercício literário* (como ensinaram os manuais da *ars histórica*, do tipo de Mably) e o *levantamento indiscriminado das fontes* (como fizeram os eruditos do Renascimento e do Barroco...).

---

<sup>5</sup> Apud FUNARI, P. P. A. “Retórica e argumentação, do mundo clássico ao nosso cotidiano”. *Revista Eletrônica história e-história*, Bragança Paulista, v. 2004, 2004.

<sup>6</sup> Esse modelo de história foi seguido até o Renascimento (LOZANO, 1987).

Destacam-se, nesse período, duas escolas historiográficas: o romantismo e o positivismo. A primeira, considerado um movimento cultural, literário e artístico, teve seu surgimento concomitante ao do capitalismo e das mudanças nas estruturas ocorridas na Europa nos primeiros anos do século XIX, entre o Antigo Regime e o liberalismo. Essa corrente, segundo o que afirma Benedito Nunes (1985: 56), destaca-se pela crítica ao iluminismo do século XVIII, tornando-se contra o naturalismo e universalismo – uma concepção mecanicista do Universo, que permitiu integrar o homem e a Natureza física sob a regência de leis uniformes –, colocando-se em favor da subjetividade e da individualidade histórica, pois, de acordo com as palavras de Ciro Cardoso (1997), para essa escola é na diferença, e não em princípios universais, que a história se concretiza.

Para Arno Wehling (1973: 179), o romantismo seria constituído basicamente de duas vertentes: a ida ao passado como fator emocionalista e a oposição ao racionalismo filosófico, com suas leis e seu direito natural. Já Nunes (1985: 69) caracteriza o romantismo como uma busca do sublime ou do exótico, dos recantos solitários que tranqüilizam, das paisagens remotas que acendem o desejo da terra paradisíaca, ou de lugares em ruínas, abandonados pelo homem, que despertam a nostalgia da terra perdida. Maussaud Moisés (1995: 314) reforça a idéia de que o romantismo tem a característica de concentrar as obras nos aspectos coloridos do mundo e no exótico. Anthony Levi (1992: 512) concorda com essa busca pelo exótico, mas assinala outro importante elemento do romantismo: o heroísmo em um único indivíduo.

J. Guinsburg (1985: 14) analisa o romantismo como um fenômeno histórico que, na história da consciência humana, marca a relevância da consciência histórica, ou seja, o romantismo abandona a visão teológico-judio-cristã da História (conforme aquela corrente historiográfica do século XVIII interessada somente em escrever sobre a vida

de pessoas ilustres), contribuindo, como Nunes (1985: 21) disserta, para a efetiva percepção do homem como ser histórico, na *práxis* e no pensamento.

De acordo com Maussaud Moisés (1995: 313), o romantismo modificou os padrões humanos, desde os estéticos até os filosóficos, enfatizando o sentimentalismo no lugar da razão. Para Guinsburg (1985: 15), o romantismo pode ser considerado como um discurso histórico interpretativo e formativo; as histórias produzem a civilização; são mundos, comunidades nações, raças que têm antes culturas do que civilizações, que secretam uma identidade, não de cada indivíduo, mas do grupo específico, diferenciando de quaisquer outros.

Wehling (1973: 177) lembra-nos que para Ranke, a finalidade da História era a de apenas mostrar como realmente aconteceu. Gabriel Monod, fundador da *Revista histórica*<sup>7</sup>, compartilha dessa mesma visão ao escrever em 1876:

Graças ao progresso das ciências e de métodos científicos... a crítica de textos, estabelecida sobre os princípios e as classificações verdadeiramente científicas, permite-lhe reconstituir... uma forma assim pouco alterada que torna possível todos os escritos históricos (1976: 314-315).

Para que isso fosse possível, segundo Wehling (1973: 179), o historiador deveria se preocupar em abarcar quase todas as formas de expressão científica do século XIX. Entretanto, Wehling critica Ranke em dois aspectos: em primeiro lugar, apesar de Ranke reconhecer que era impossível a isenção do historiador, ele não se deixa influenciar pelo seu trabalho, nem se engaja em sua época, que eram. A afirmação que François Dosse (1992: 42) faz da passividade do historiador diante do material com o qual trabalha, e pelo uso de fontes oficiais, que não permitem conhecer as outras origens de um acontecimento, além do político. Desse modo, a falta de posicionamento de

---

<sup>7</sup> No original *Revue historique*.

Ranke em relação aos acontecimentos cotidianos está de acordo com as premissas do trabalho de pesquisa científica, que a busca pela verdade através da observação e do relato dos fatos, e não uma interpretação deles.

Wehling ainda afirma que na segunda metade do século XIX surge uma outra corrente de pensamento, o evolucionismo historicista, fruto do romantismo, que pressupõe a noção de progresso, um dos traços do Historicismo<sup>8</sup>, e também o surgimento do realismo e da ciência, com seus métodos objetivos de pesquisa. Há uma incisiva crítica documental, objetivando a verdade histórica. Na França, as conotações político-ideológicas são evidentes, divididas em duas vertentes: tradicional e progressista.

A segunda escola historiográfica do século XIX era o positivismo, ou continuação dos princípios iluministas, iniciado entre os anos de 1830 e 1850, tornando-se hegemônica após 1870. Baseada nos preceitos de Comte e Stuart Mill, o positivismo estava evidentemente preocupado com a produção de uma historiografia mais científica e evolucionista, separando o fato da interpretação. A cronologia, o fato, a lei, a observação, a fonte, os documentos, dominarão, como versa Guinsburg (1985: 18), à subsequente historiografia positivista. François Dosse (1992: 37-38) salienta que a característica do positivismo era a preocupação em submeter as fontes ao aparelho crítico, para estabelecer a veracidade dos fatos relatados, e ao mesmo tempo permanecer bem fechado a toda teoria filosófica, escapando, assim, do subjetivismo latente que está presente no romantismo.

Karl Löwith (1991: 74) afirma que para Comte nenhum fenômeno pode ser entendido em termos filosóficos, a menos que o seja primeiro no plano histórico, através

---

<sup>8</sup> O historicismo durante o século XIX concede à História um rigor científico, entretanto traz sérios problemas a essa disciplina, uma vez que a ciência é anti-histórica, pois se preocupa em formular leis e aplicá-las através de experiências, prática não realizada pela História. O historicismo reivindica o caráter de ciência para a História.

de uma demonstração de sua derivação e do seu destino temporal, uma perspectiva histórica que predominou no século XIX. Comte é o responsável pela definição da filosofia social positiva, em que a ordem e o progresso são aos aspectos fundamentais e inseparáveis dessa filosofia, além de ser teológica e positiva, pois não se preocupa com o individual, mas com os grupos e as nações, um estudo da humanidade. Comte, segundo as palavras de Löwith (1991: 92), centra-se na universalidade da história e a sua continuidade é excessivamente acentuada a expensas do caráter finito e pessoal da vida humana.

Löwith (1991: 77-78) define que o ideal positivista seria explicar todos os fatos através de uma única lei, mas o principal objetivo era a aplicação dos desenvolvimentos das ciências naturais à física social ou à sociologia a bem da reorganização social. Para Condorcet, segundo o próprio Löwith (1991: 96), o objeto da História seria mostrar o desenvolvimento das faculdades humanas nas sucessivas sociedades para exibir a ordem em que as mudanças tiveram lugar. A concepção de filosofia e história da humanidade de Vico também é estudada por Löwith (1991: 123), que afirma que essa filosofia é possível em virtude de a 'natureza' do homem e das nações terem relação direta com uma natureza humana histórica, não sujeita a propriedades físicas, mas tornando-se o que é, através de uma lei e de um desenvolvimento históricos.

Nesse mesmo período, ou seja, a segunda metade do século XIX, surge um movimento na literatura contra os preceitos do romantismo, o que seria denominado de realismo, com um enfoque objetivo do mundo, substituindo o sentimentalismo pela razão, apresentando uma visão científica e filosófica da realidade, centrando a sua estética e sua exploração no real, proporcionando uma arte comprometida e engajada (MOISÉS, 1995: 312). Na França é a obra de Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, que inaugura essa corrente literária em 1857. Anthony Levi (1992: 515) afirma que o

realismo surgiu devido à desilusão com a Revolução de 1848 e com o golpe de estado que levou ao trono Luis Bonaparte em 1851.

Além do positivismo e do romantismo, havia outras duas escolas historiográficas no século XIX: o evolucionismo darwinista e o materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. Como se pode perceber, a palavra de ordem era progresso. Segundo Edmund Wilson (2004: 29), o romantismo ia ao encontro das idéias científicas e contra as idéias mecanicistas.

Essa História positivista foi criticada no século XX pelos historiadores pertencentes à Escola dos Annales. Marc Bloch, um dos fundadores dessa corrente, propõe uma História Cultural, ou seja, uma história de como a sociedade se organiza, e não uma história econômica, política ou social. Ao comparar as obras referentes às diferentes artes, há evidência de traços da cultura, e do período em que foram produzidas. Para que esse resultado pudesse ser obtido, houve contribuições de outras áreas acadêmicas. Para fazer História, você deve dialogar com outras ciências – Antropologia, Sociologia, Psicologia, Geografia e Lingüística – para entender o funcionamento da sociedade do passado.

Com o abandono do positivismo e do darwinismo, surgem duas correntes científicas: o modelo demográfico francês (1930-1950) e a metodologia cliométrica americana (1960), com seus modelos pragmáticos. O marxismo continuou com o seu modelo econômico, situando o conflito de classes como o motor das transformações sociais. Entretanto, como argumenta Lawrence Stone (1991: 19), a desilusão com o modelo determinista econômico acarretou em um abandono dessa história científica, havendo uma volta da narrativa histórica, focando o estudo da cultura, das idéias e dos acontecimentos, diferente da história estruturalista, preocupada com as instituições das sociedades.

Dado o exposto, faz-se necessário, neste momento, dissertar acerca da Literatura. A Literatura apresenta uma ruptura em sua definição no século XVIII. Antes considerada, desde a Antigüidade, como uma disciplina somente ficcional, sem um compromisso com a verdade, há no século XIX uma mudança na sua definição, passando a designar, de acordo com Moisés (1995: 311), uma atividade que, além de incluir os textos políticos, abrangia todas as expressões escritas, mesmo as científicas e filosóficas. Outra mudança ocorrida na Literatura era a maneira de se analisar as obras de arte, centrando-se nos sistemas sociais, não levando em consideração o tratamento externo dela, como o estudo do autor, sua origem social, a escolha de um gênero literário, ou a influência da organização social, política e econômica na suas características discursivas. Nicolau Sevcenko (1983: 19) afirma que hoje já é notório que, sendo ela produzida pelo complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a realidade, ela passou também a ser, a partir do próprio momento da sua constituição, um elemento modelador desse mesmo conjunto de relações. Com os preceitos de racionalidade e objetividade enraizados nos postulados da História durante o século XIX de como se produzir um conhecimento do passado, as obras literárias, consideradas o lugar onde o artista poderia fantasiar a realidade, tornam-se impróprias para o estudo da sociedade na qual o escritor está inserido, decretando, segundo Antonio Celso Ferreira (1996: 35), a separação entre ficção e verdade, ou história e literatura.

A partir dessa pequena introdução, o primeiro ponto a ser discutido é como o historiador percebe os acontecimentos sociais e ideológicos nos textos literários<sup>9</sup>. Para Sevcenko, o importante é pensar se o social é somente um pano de fundo escolhido para

---

<sup>9</sup> O historiador, ao analisar o documento, “deve sempre atentar... para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que se pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias” (CARDOSO 1997: 337).

o desenrolar da trama literária ou se auxilia na estruturação da obra. A escolha dos temas do texto, para Sevcenko (1983: 21), é proveniente da sociedade e do tempo no qual o escritor está inserido e é destes que eles falam. Antonio Candido, no livro *Literatura e Sociedade* (1980), salienta que somente podemos entender a obra interpretando em conjunto o texto e o contexto junto; o social desempenha um certo papel na constituição da estrutura do texto. Ele também chama a atenção para o fato das obras participarem ou discordarem desses aspectos comuns da sociedade.

David Harlan (2000: 21) ressalta que os historiadores devem reconstruir o mundo mental no qual o autor escreveu o seu livro, ou seja, ideologias que o influenciaram no momento da produção da sua obra, como ele denomina de reconstrução histórica. Stephen Bann (1994: 15) afirma que a historiografia ao ser autocrítica, atenta para a plasticidade da imaginação histórica e suas várias formas de manifestação. Ele também partilha da opinião dos historiadores antes citados acerca da relação entre texto e contexto, pois reconhecendo e identificando os códigos presentes nas obras literárias, inserimos o artista dentro de determinadas circunstâncias históricas. Mas essa reflexão não é compartilhada por Célia Azevedo, que concorda com LaCapra (2000: 131) quando este descreve que reconhece a intertextualidade e recusa a noção de um contexto externo ao texto, capaz de explicá-lo.

Segundo LaCapra (1989), a leitura das obras literárias apontam para as implicações políticas e históricas dentro da relação entre sociedade e história, uma posição também compartilhada por Ciro Cardoso (1997: 378), que atenta o historiador para sempre relacionar texto e contexto, em suma, buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extra-textuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos: em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do

discurso, relacioná-lo ao social, reconhecendo a complexidade entre o texto e o contexto, o que muitas vezes dificulta perceber onde está a linha que os separa.

Roger Chartier (2001: XII) analisa a responsabilidade de um historiador frente aos textos de literatura, afirmando que se ambos, o historiador e o romancista, compartilham as figuras retóricas e as formas narrativas que permeiam seus textos, o objetivo do historiador é propor um conhecimento adequado das ações realizadas pelos homens do passado. Para o autor, esse conhecimento é capaz de revelar as falsificações que os poderes querem produzir, assim como de destruir as falsificações que alteram nossa relação com a história. Segundo Paul Ricoeur (1981: 274), a história e a ficção apresentam uma estrutura comum, ou seja, o historiador e o literato ordenam as sentenças de forma parecidas, entretanto, o que deve ser evidenciado é a diferença na maneira como ambos narram a realidade. Peter Burke (1992: 340) também compartilha dessa opinião, pois os historiadores não são livres para inventar os seus personagens ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens, além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa como os romancistas.

É a partir desse debate que a questão da narrativa e do discurso deve ser explorada. Primeiramente, devemos inserir algumas reflexões de autores que conceituam a narrativa, como a de David Harlan (2000: 18), que afirma que as narrativas são feitas de palavras e começam a gerar leituras múltiplas e sentidos divergentes, ou a de Laurence Stone (1991: 13), que considera a narrativa como uma organização de materiais numa ordem de seqüência cronológica e a concentração de um conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub-tramas.

Pensando na concepção de Eni Orlandi (2003: 15) sobre o discurso, que expressaria uma idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento; assim é a

palavra em movimento, prática de linguagem, a literatura pode, dessa forma, ser vista como uma produção discursiva, um discurso que nomeia, transmite, conhece, aparece por inteiro, buscando a reprodução e a fixação de formas regulares dessas categorias, ou seja, para Pedro Paulo Funari (1995: 19), um relato como construção discursiva.

A análise de discurso surge na década de 1960 indagando a maneira como o texto exprime a opinião do autor, havendo o retorno do estudo da literatura como uma produção discursiva, através das teorias da crítica literária e da filosofia da linguagem, ou seja, de acordo com Orlandi (2003: 16), articulando as Ciências Sociais e a Linguística, a linguagem e a sua exterioridade. Sendo assim, o discurso é um produto da cultura, e a ciência e a arte, antes pensadas como dois pólos opostos, estão interligadas no discurso das ciências humanas contemporâneas.

Para David Harlan (2000), todo o discurso é político e cultural, havendo uma ação humana intencional, resultado, segundo Orlandi (2003: 15), de uma mediação entre o homem e a realidade natural e social. Essa produção de sentidos (ORLANDI, 2003: 43) está ligada à inter-relação entre discurso, sujeito e ideologia, que resulta em uma formação discursiva, que permite compreender o processo de produção dos sentidos e a sua relação com a ideologia, ou seja, de que maneira a ideologia está presente no discurso, e como ela se relaciona com a linguagem.

Sendo essa formação discursiva histórica, não podemos separá-la de sua época, pois, como afirma Jorge Lozano (1994: 11), cada época estabelece critérios dominantes na constituição do seu discurso histórico. Roger Chartier (1990: 17) enfatiza a necessidade de relacionar o discurso com a posição de quem os profere, percebendo as lutas de poder e dominação que estão presentes na constituição desse discurso, pois tendem a impor uma autoridade à custa de outros. Fábio Lopes (2000: 290), nesta questão, cita o argumento de Foucault quanto ao poder que permeia a constituição dos

saberes, dos discursos. Para Foucault (2001: 09), no livro *A ordem do discurso*, o discurso é imaterial, é transparente: o que importa é o real, o conteúdo; a palavra é material, causa impacto, produz efeitos, afirmando que o discurso não é reflexo da realidade. O discurso não é reflexo de alguma coisa, mas, sim, produto da sociedade, sua produção é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade.

Nós usamos a palavra como transparente, no seu conteúdo, não pensamos nos sentidos possíveis que elas produzem. Nomear é um ato de poder, e não uma representação dela, tirar da coisa o que ela significa. A identidade perpetua estereótipos, conceitos, estigmas. A representação de espaço, de acordo com Gregory (1995: 30) está interligado ao poder, como as geografias imaginativas definidas por Edward Said, no seu livro *Orientalismo* (1990).

Foucault afirma que devemos pensar o poder como uma rede de relações, um poder produtivo, enxergando-se o poder nas coisas, nas relações, no cotidiano, nas instituições, pois essas tornam os começos solenes, cercam-no de um círculo de atenção e de silêncio, e impõem-lhe formas ritualizadas, como para sinalizá-lo à distância, transformando-o em um poder dinâmico.

Entretanto, o poder não está presente somente no discurso; ele também permeia as representações. E é exatamente essa a temática da História Cultural, pensar como a realidade social de uma determinada localidade é criada através de interesses do grupo dominante. Para Peter Burke (2005: 84), a representação tem o poder de modificar a realidade que parece refletir. Para outro historiador cultural, Chartier (1990), a representação apresenta três modalidades: o trabalho de classificação; as práticas de se reconhecer uma identidade social e as formas institucionalizadas que

marcam a existência do grupo, classe ou comunidade. As representações não somente classificam as sociedades que criam, mas há uma exclusão de alguns aspectos que serão representados, por meio de práticas políticas, sociais e discursivas. Outro ponto destacado por Chartier (1990: 19) é a chamada representação coletiva, que se preocupa em conciliar as imagens mentais claras com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as geram e estruturam, uma forma de constituir uma única representação que será compartilhada por uma sociedade, como o caso das imagens do Oriente que veiculavam no Ocidente.

Peter Burke (2005) afirma que a construção das identidades era comum nas notas de viagem, neste caso, o discurso produzido no diário de bordo de Flaubert. Para François Hartog (1999: 316), essas notas de viagem são trabalhadas pela alteridade, colocando à distância um outro que designa como um *mythos*, precisamente para distinguir-se dele e fazerem-se assim mais críveis. Para Funari (2004: 02), criou-se um Oriente em tudo oposto ao Ocidente, e essa alteridade é a responsável pela construção da identidade francesa. É através das narrativas desse autor que o outro, no caso o egípcio, é visto na sociedade francesa.

Segundo Hartog (1999), há diferentes maneiras de construir a imagem do outro: inversão, diferenciação, comparação, analogia e *thôma*, que significa maravilha. O *thôma* pode ser percebido na medida em que havia um deslumbre que o Oriente exercia na sociedade francesa, devido à antiguidade de suas civilizações, pelas suas maravilhas, como no trecho em que Flaubert (1985: 59) fala da esfinge: “*Seus olhos parecem ainda cheios de vida*”; mas, principalmente pela quantidade de cores: “*o mar pega as cores fabulosas e sem transição de uma sobre a outra, depois o marrom escuro até o azul límpido*” (1986: 191).

Outra passagem selecionada aponta para a maneira como a cultura de uma outra civilização, no caso a egípcia, é vista por Flaubert, que pode estar se utilizando da comparação e diferenciação: “*Pequeno templo: sobre as pilastras figuras semelhantes a das perucas fixadas sobre os cogumelos de madeira*” (1986: 128). Segundo Todorov (1999: 153), essas comparações demonstram o desejo de apreender o desconhecido com o auxílio do conhecido, mas também contêm uma distribuição de valores sistemática e reveladora.

A reunião de todos os aspectos mencionados anteriormente resulta na tradução do *outro*, que apresenta como etapa final, a nomeação, que implica uma classificação. Esse processo de classificação funciona como um espelho invertido para Hartog (1999: 259), pois ao classificar o outro, o indivíduo classifica-se a si mesmo. De acordo com LaCapra (1985: 140), a questão fundamental a ser colocada é como compreender e lidar com os graus variáveis de proximidade e distância em relação ao ‘outro’ que está tanto fora quanto dentro de nós.

Percebe-se então, que a construção da identidade francesa, que vem sendo exemplificada nas cartas de Flaubert, dá-se paralelamente com a representação do egípcio. Este movimento insere-se na esfera do imperialismo, na questão de poder que permeia esta instituição, e na delimitação das características do que definiria a civilização e a barbárie.

Segundo Todorov (1999: 156), os egípcios são sujeitos sim, mas sujeitos reduzidos ao papel de produtores de objetos cujo desempenho é admirado, mas com uma admiração que em vez de apagá-la, marca a distância que os separa do ocidental. Siân Jones (2005: 33) afirma que a construção ativa de identidade está imbuída na negociação dos interesses econômicos e políticos ou o que pode ser amplamente denominado relações de poder. O Oriente passa a ser capturado, criado através dos

estudos de etnologia, arqueologia, antropologia e filologia, todas essas carreiras impulsionadas pela expansão das ciências no período estudado nesta pesquisa. Assim, levando em consideração essa discussão sobre alteridade, construção do *outro* e de si mesmo, procurarei analisar a obra *Viagem ao Egito*.

Como podemos perceber, essa discussão acerca do uso da literatura como fonte histórica está na intersecção entre a narrativa histórica e a literária, a ciência e as artes e a ficção ou a realidade. Peter Gay (1990: 167) afirma na conclusão de *O estilo na história* que a arte e a ciência não se separam nitidamente; compartilham uma longa fronteira cheia de meandros, que é atravessada pelo trânsito erudito e literário sem grandes impedimentos nem muitas formalidades. Não pretendemos afirmar que a obra literária seja um espelho da realidade que ela se propõe a descrever; há uma preocupação em considerar a fantasia, a ficção, a imaginação do autor, que remodela a realidade de maneira a se encaixar melhor na história a ser contada, entretanto concordamos com Candido (1980: 16) quando este afirma que o fato social é invocado para explicar a estrutura da obra e o seu teor de idéias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós; ou seja, os fatores sociais, que aparecem sob a ótica do autor, estão na estrutura da obra, e esta pode produzir mudanças na concepção de mundo do leitor, uma vez que ambos interagem, modificando um ao outro pelo fato de não serem estruturas passíveis, fixas ou homogêneas. As obras de arte necessitam de um indivíduo para executá-la, mas os seus pressupostos e suas expectativas com a obra podem convergir para as aspirações da sociedade, tornando-se uma arte coletiva.

Dessa maneira, há um intercâmbio entre a história e a literatura, pois os historiadores, através das escolhas que fazem, podem estudar a sociedade a partir das obras literárias, pois elas utilizam os fatos históricos para criar os cenários ideais às suas

narrativas. A partir dessas considerações, Sevcenko (1983: 246) versa que a criação literária revela todo o seu potencial como documento, contribuindo, por um lado, para a produção de uma interpretação do passado<sup>10</sup>, pois a literatura fornece novos elementos que auxiliam na apreensão e descrição do mundo e, por outro, para pensar na maneira como devemos narrar a História, empreendendo, segundo as palavras de Kramer (2001: 172), nossas próprias concepções e perspectivas acerca da realidade.

## 1.2 Tratamento da fonte

A preocupação neste momento será em mostrar o cenário histórico-literário que permeava a produção da narrativa *Viagem ao Egito* no momento em que Gustave Flaubert a produziu, destacando o que influenciou, de algum modo, a maneira como ele apreendeu o Antigo Egito no seu diário de bordo.

Antes de iniciarmos a apresentação de Flaubert, faz-se necessário apresentar um panorama do romantismo, uma das escolas literárias do século XIX, à qual encontramos referências nas suas obras. Nesse período, as artes apresentam um grande florescimento. Na literatura, o romance teve um excepcional desenvolvimento; apesar de ele surgir perto do ano 1800, na primeira metade do século XIX torna-se um estilo, para Hobsbawm (1977: 280) com uma tendência militante e consciente das artes<sup>11</sup>, expressando as idéias de consciência nacional e movimentos de libertação. Não foi somente na literatura que essas idéias estavam expressas, mas também na música e nas artes plásticas, mas que não se equiparavam à grande circulação da literatura, principalmente a prosa. O romance manteve o seu destaque, antes limitado à Inglaterra e França, e depois também na Rússia, procurando apreender a realidade de uma sociedade

---

<sup>10</sup> Devemos considerar o contexto mais adequado para a interpretação da obra de arte.

<sup>11</sup> Renato Ortiz (1991) concorda com as palavras de Sartre, quando este diz que a literatura no século XVIII era política, mas no século XIX ela se torna ideológica.

inteira. Hobsbawm (1977: 287) também sublinha a busca dos mais antigos mistérios e fontes da sabedoria irracional do Oriente: os reinos românticos, mas também conservadores, de Kublai Khan ou dos brâmanes.

### *1.2.1 Gustave Flaubert e sua obra*

O romancista Gustave Flaubert, autor da obra escolhida como fonte nesta Dissertação, nasceu em 12 de dezembro de 1821, ano esse inserido dentro do período da Restauração, em Rouen. Era filho de um cirurgião de renome e pertencia a uma família, ao que parece, burguesa da Baixa-Normandia. Aos 20 anos, decide estudar Direito (1841-1843) em Paris. Devido a crises nervosas, abandona o curso de Direito e retorna a sua cidade natal. Segundo Maupassant (1990), Flaubert passava os seus solitários dias se dedicando à lenta elaboração de suas obras no escritório de sua propriedade em Croisset<sup>12</sup>, nas quais das janelas poderia ser observado o Rio Sena. Deixava poucas vezes a sua propriedade para se encontrar com os amigos nas tardes de domingo em um pequeno apartamento em Saint-Honoré, apontando para uma vasta rede de sociabilidade: Chevalier, Alfred Le Poittevin, Louis Bouilhet, Máximo de Champ, que o acompanhou a sua viagem ao Egito, Guy de Maupassant, Ivan Turgenieff, Laporte, Théophile Gautier, Feydeau, Saint-Beuve, Baudelaire, Edmond de Goncourt, Leconte de Lisle, Heredia, Alexandre Dumas filho, Vacquerie, Victor Hugo, Alphonse Daudet, Émile Zola, Jules Lemaître, Taine, Ernest Renan<sup>13</sup>, Saint-Victor, Banville, Aboat, Aléxis, George Sand (pseudônimo da Baronesa Dudevant). As conversas e trocas de idéias que ali ocorreram influenciaram de alguma maneira as obras de Flaubert, como

---

<sup>12</sup> Cidade perto de Rouen.

<sup>13</sup> Renan era um dos membros do Comitê de Redação da *Revue historique*, uma revista que se denominava positivista.

por exemplo, Bouilhet, no que tange ao interesse pelo teatro, e Vitor Hugo e Renan como autores prestigiados por ele.

Em 1849, Flaubert escreve a primeira versão de *A tentação de Santo Antônio*<sup>14</sup>, inspirada em um quadro de Bruegel. Neste ano inicia sua viagem, que duraria dois anos, ao Oriente; “*países de religiões e vasta cultura*”. Para Hobsbawm (1977: 289), a busca romântica levou seus exploradores até os grandes desertos da Arábia e do norte da África, entre os guerreiros e as odaliscas. Sua primeira obra publicada é *Madame Bovary*, em 1857, que obteve grande repercussão na sociedade francesa devido ao adultério cometido pela protagonista, Emma Bovary. Nos tribunais, Flaubert (1987: 05), em sua defesa, afirma: ‘*Madame Bovary sou eu*’. *Salammbô*, lançado em 1862, apresenta ao leitor elementos da antiga cidade de Cartago, que foram colhidos na sua viagem ao sítio arqueológico localizado no norte da África<sup>15</sup>. Nessa obra, de grande sucesso, temos como principais personagens, o liberto Spendius, Mathô, que se apaixona pela filha do general Hamilcar, Salammbô, personagem que dá nome à obra.

Flaubert publicou mais três livros. O primeiro, *A Educação Sentimental*<sup>16</sup> (1869), reescrita três vezes, e que apresenta como personagens centrais os jovens Frédéric Moreau e Charles Deslauriers. A segunda versão de *A tentação de Saint Antoine* surge na sociedade em 1874. O último, *Três Contos*<sup>17</sup>, será publicado em 1877, apresentando três histórias escritas em estilos diferentes: *Um coração simples*, representando o realismo; *Saint Julien o hospitaleiro*, um conto medieval, e *Hérodias*, seguindo o estilo bíblico. Em 1880, ano de sua morte, inicia a redação da sua última

---

<sup>14</sup> No original *La tentation de Saint Antoine*.

<sup>15</sup> Segundo Guy de Maupassant, “ele não pensa (...) que a informação não seja inútil e a longa pesquisa desprezível (...) conhece a história (...) a genealogia das cidades mortas e dos povos desaparecidos” (1990: 15).

<sup>16</sup> No original *L'Education sentimentale*.

<sup>17</sup> No original *Trois contes*.

obra, *Bouvard e Pécuchet*<sup>18</sup>, em que critica a verdade vinculada de forma incontestável à ciência e que será lançada postumamente em 1881. Outra obra lançada postumamente é a fonte da nossa pesquisa, *Viagem ao Egito*, que somente foi editada em 1910.

O que podemos perceber, a partir da leitura dessas obras, é que elas têm um conteúdo de ordem moral ou política, não havendo uma preocupação com a idealização de um herói nacional. Outro ponto importante a ser destacado é o fato de Flaubert, um escritor erudito, não escrever nos folhetins, tão comuns da época. Isso indica que o seu público pertencia às classes mais abastadas e letradas da sociedade francesa do século XIX. Embora Flaubert integre as classes burguesas, os seus textos são produtos da cultura da época, e também podem expressar idéias de outras classes sociais.

Considera-se este ponto da dissertação um momento oportuno para se falar um pouco sobre a questão do intelectual, e de como ele é influenciado pelas idéias correntes na sociedade, pois está inserido nela e não está posicionado fora de seu tempo, ou seja, Flaubert, ao viajar para o Egito, carrega uma bagagem cultural do século XIX que pode ser percebida na análise de sua obra. Mas suas convicções ou filiações partidárias, ideológicas ou nacionalistas não devem calá-lo diante das injustiças cometidas pelos grupos no poder. O papel do intelectual é justamente de contestar essas práticas ou discursos abusivos cometidos contra os indivíduos que compõe as sociedades, de forma explícita, seja ela oral ou escrita. O intuito, para Said (2005: 31), é o de polemizar, embaraçar esses grupos opressores, promovendo a liberdade humana e o conhecimento. É nesse posicionamento, frente às práticas dos poderes, que o intelectual atua.

Flaubert não apresenta ter ambições políticas de um revolucionário ou burocrata; não era um funcionário do governo nem pertencia a uma empresa ou corporação que partilhassem de uma opinião comum. Entretanto, esse escritor – que exercia uma

---

<sup>18</sup> No original *Bouvard et Pécuchet*.

profissão que apresentavam certo prestígio dentro da sociedade francesa – somente observava os orientais, não havendo uma efetiva interação entre o *eu* e o *outro*<sup>19</sup>, evidenciando o distanciamento que havia entre o Ocidente e o Oriente – o que Said, no livro *Cultura e Imperialismo* (1995), intitula de posição soberana do discurso Ocidental.

Um aspecto importante referente ao autor é o que Michel Foucault (1995) chama de construção de subjetividades, pois os seus discursos, segundo Orlandi (2003: 21) são processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação de construção da realidade. Célia Marinho Azevedo (2005) afirma que abordagem da História Cultural<sup>20</sup> reconhece as subjetividades; evidencia como os sujeitos são construídos culturalmente. No século XIX havia um código normativo imposto à sociedade francesa, resultado do discurso científico vigente na época. A expressão da subjetividade do autor está relacionada com o contexto no qual ele está inserido. A subjetividade de Flaubert aparece quando ele aborda temas escandalosos para a sociedade do século XIX.

Para Carlo Ginzburg (2002) todas as sociedades compartilham regras, mas que não são percebidas. Há normas mais amplas e particulares (erudito/ popular) em uma sociedade. Aprendem-se as regras e as reproduzem. O ‘realismo’ transformava-se então em ‘naturalismo’ ou em ‘verismo’. De acordo com Hobsbawm (1996: 401) isso normalmente implicava uma consciência social crítica da sociedade burguesa, como Courbet na pintura, Zola e Flaubert na literatura. A expressão da subjetividade do autor está relacionada com o contexto no qual ele está inserido, como nas obras de Flaubert,

---

<sup>19</sup> Esta afirmação não descarta as trocas culturais que ocorrem quando há um encontro sistemático entre duas culturas distintas. Na visão do Orientalismo do século XIX, não há a possibilidade de troca de conhecimentos entre o objeto de estudo e o cientista, pois a intenção em estudar a região oriental era para justificar o discurso hegemônico de dominação.

<sup>20</sup> Segundo Pedro Paulo Funari “A subjetividade subjacente a toda compreensão histórica... tem sido ressaltada pelo moderno pensamento histórico” (1995: 18).

que apresentava uma postura ímpar em relação ao Orientalismo<sup>21</sup>. Nesse caso, ao relacionarmos a história, a literatura e a sociedade, entendemos o papel desse escritor na sociedade francesa do século XIX.

A partir da leitura de *Salammô*<sup>22</sup>, podemos perceber os processos históricos em curso no século XIX; observando realidades políticas que marcaram tanto os estudos acadêmicos quanto a sociedade, como a analogia encontrada entre Inglaterra e Cartago, em uma referência à posição que a Inglaterra estava assumindo frente à revolta na Índia, ocorrida entre os anos de 1839 a 1842.

A história de *A Educação Sentimental* (1869) para Hobsbawm (1996: 409) é a esperança nos corações dos jovens da década de 1840 e de seu duplo desapontamento pela própria revolução de 1848 e pela era subsequente, na qual a burguesia triunfou a preço de abandonar até mesmo os ideais da revolução que fizera, ‘liberdade, igualdade e fraternidade’. Em certo sentido, o romantismo de 1830-1848 era a principal vítima dessa desilusão.

É difícil inserir Flaubert, a partir de suas obras, dentro de uma determinada escola literária. Segundo Edmund Wilson (2004: 117), Flaubert compartilhara com os românticos esse apetite pelo suntuoso e indomado, presente nas obras *Salammô* e *A tentação de Saint Antoine*, mas que se obrigava, também, a enfrentar o mundo real do século XIX, encontrado em *Madame Bovary*, *A Educação Sentimental* e *Bouvard e Pécuchet*. Guy de Maupassant (1990: 10) afirma que ele era um realista, diferente de Henry James (1996: 31), que o considera o romancista dos romancistas. A primeira obra de Flaubert, *Madame Bovary*, é descrita por Hobsbawm (1977: 284) como uma busca pelos extremos, gosto por coisas normalmente censuradas pelos respeitáveis padrões e instituições. Para James (1996: 20), essa obra foi escrita mesclando as características do

---

<sup>21</sup> O Orientalismo será definido no segundo capítulo.

<sup>22</sup> Com base em edição de 1992.

romantismo e do realismo: é no pano de fundo e nos acessórios que o real, o real do seu tema, habita; e o romântico, o romântico do seu tema, conseqüentemente, ocupa o primeiro plano.

Segundo Wilson (2004: 36), ao se escrever uma história literária, deve-se atentar para o fato de que um grupo de métodos e idéias não é de todo suplantado por outro; bem ao contrário, prospera-lhe à sombra. Para Todorov (2001), o gênero literário é redefinido em cada contexto histórico, ele não será o mesmo em todas as épocas; cada período literário apresenta um estilo característico, não havendo um desaparecimento repentino de um estilo e surgimento de outro, mas sim novas significações, em que há a aceitação de algumas formas anteriores e a rejeição de outras. Pierre Bourdieu (1996: 113) afirma que Flaubert, como se sabe, dizia ter escrito *Madame Bovary* ‘por ódio ao realismo’; aquele realismo que tentava representar, descrever os fatos, imagens, idéias, sentimentos e paixões de forma precisa. Para Flaubert, o fato em si não significa nada. Basta ler com inteligência *Madame Bovary* para compreender que nada está mais longe do realismo, escreve Maupassant (1990: 33) acerca do caráter literário da obra.

A crítica que Maupassant faz às escolas literárias é pertinente neste estudo. Tentar fixar um literato em uma determinada escola é para Maupassant (1990: 111), forçá-lo a modificar o seu temperamento, recusar a sua originalidade, não lhe permitir servir-se dos olhos e da inteligência que a natureza lhe deu. Para Jonathan Strauss (2002: 831), a identidade de um autor não é fácil de determinar. René Dumesnil (1947: 311), no seu livro *Gustave Flaubert*, afirma que não podemos reduzir Flaubert aos seus elementos românticos nem aos seus elementos realistas, pois acabaríamos criando um monstro duplo. A preocupação neste trabalho não é a de determinar se Flaubert faz parte do realismo ou do romantismo, mas mapear em sua obra *Viagem ao Egito* (1986), as representações que ele faz do Antigo Egito. Entretanto, antes dessa análise, é

necessário apresentar o contexto político e histórico da sociedade francesa no século XIX, o tema do próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### PRECEDENTES PARA A COMPREENSÃO DA NARRATIVA DE VIAGEM DE GUSTAVE FLAUBERT NO CONTEXTO ORIENTALISTA

“(...) cada um de nós cria para si simplesmente  
uma ilusão do mundo (...)”  
(MAUPASSANT 1990: 116-117)

#### 2.1 Considerações iniciais

Esse epíteto, retirado da obra de Guy de Maupassant, pode ser aplicado ao que aconteceu na Europa, mais especificamente nos países França e Inglaterra, durante o século XIX. Essa *ilusão do mundo* a qual Maupassant se refere na epígrafe supracitada foi planejada e executada pelos Impérios europeus através de seus exércitos, sua força, mas também pela representação e os discursos que realizavam sobre as áreas que seriam dominadas na África e no Extremo Oriente.

É no século XIX que o Orientalismo<sup>23</sup> torna-se uma carreira, com estudiosos lançando-se ao Leste com o intuito de mapeá-lo, e que a necessidade de instituir a identidade do europeu mostrou-se essencial no momento da constituição dos estados nacionais, com o Oriente desempenhando o papel de antagonista.

Sendo nosso objetivo nesta Dissertação analisar as representações realizadas sobre o Antigo Egito na obra *Viagem ao Egito* do romancista francês Gustave Flaubert (1821-1881), faz-se necessário destacar e interpretar o contexto orientalista e imperialista da época, evidenciando como as relações entre ambos, juntamente com os movimentos nacionalistas, projetaram e influenciaram de maneira direta a construção da identidade francesa.

---

<sup>23</sup> O termo orientalismo será melhor discutido no item 2.3.

## 2.2 Sobre Cultura, Imperialismo, Identidade e Nacionalismo

Inicialmente, começaremos discutindo os conceitos de colonialismo e imperialismo, que foram esboçados no final do século XIX, e continuaram sendo teorizados no século XX. Um dos primeiros autores conhecidos a trabalhar com o imperialismo e o colonialismo foi Vladimir Lênin (1974: 103), que escreveu em 1916 (presenciando, portanto, os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial), sobre a importância das características econômicas do imperialismo, determinando que na fase pré-monopolista do capitalismo, datado por ele entre 1860 e 1880, as potências européias buscavam anexar novas regiões ainda não colonizadas na África e na Ásia, e que o imperialismo foi o resultado da próxima fase do capitalismo, o estágio monopolista, que agravou as lutas pela partilha do mundo, acarretando na Primeira Guerra Mundial; guerra esta imperialista, que buscava a partilha das colônias conquistadas durante o século XIX. Para ele, essas guerras imperialistas continuarão a existir enquanto os meios de produção forem controlados pela propriedade privada, sendo perceptível em seu pensamento às influências dos estudos marxistas realizados durante o século XIX.

Ressaltamos que após essas conclusões de Lênin sobre o movimento imperialista, uma vasta historiografia sobre o tema foi publicada durante o século XX. Um desses trabalhos é o do historiador René Rémond (1981: 190), que apresenta uma visão política e social do imperialismo, ressaltando a questão de que a expansão colonial dos países europeus era devido à necessidade de encontrar matéria prima e aumentar o mercado externo para as manufaturas produzidas pelas indústrias européias, principalmente as britânicas, que operavam em ritmo acelerado no século XIX. Para Rémond, somente podemos falar de imperialismo a partir dos anos de 1875 e 1880, pois

é nesse momento que se iniciam os confrontos armados entre as metrópoles pela disputa do controle político e econômico das colônias.

Hannah Arendt concorda com Lênin e Rémond no tocante à datação do imperialismo, referente ao último terço do século XIX. No livro *Origens do totalitarismo* (1976: 07), ela aborda o tema do imperialismo através do viés político, caracterizando-o como surgido do colonialismo e nascido pela incompatibilidade do sistema de Estados nacionais com o desenvolvimento econômico e industrial que estava ocorrendo na Europa. Para Arendt, o imperialismo tem um caráter expansionista, e para que essa expansão pudesse ocorrer nas regiões desejadas, muitas vezes lutas e interesses eram manipulados para se tornarem objetivos nacionais dessas regiões, havendo a intervenção da metrópole e a conquista dessa área, proporcionando o aumento do poder dos países conquistadores. Em contrapartida, Edward Said (1995: 40) define o imperialismo como as ações, a teoria e a prática da metrópole governando um território distante, controlando terras que pertencem a outros povos, e o colonialismo quase sempre como resultado do imperialismo, que seria a implantação de colônias nessas terras distantes. Esse encontro proporciona uma experiência cultural oriunda da relação entre colonizadores e colonizados, por esse motivo que Said determina que “devemos falar em territórios que se sobrepõem, em histórias que se entrelaçam” (1995: 98).

O movimento de constituição da nação moderna francesa e da sua identidade inicia-se no final do século XVIII, resultado das idéias que estavam presentes na sociedade desde a Revolução de 1789. A Revolução Francesa influenciou na formação de regimes políticos e da ideologia<sup>24</sup> do século XIX<sup>25</sup>, que passou a ser denominado

---

<sup>24</sup> Norberto Bobbio (1986: 585) afirma que a ideologia pode apresentar dois significados: no significado franco ela designa um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. Já o significado forte difere completamente do primeiro, pois, tendo origem no conceito de Marx, é entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes.

como o século das revoluções por autores como René Rémond (1981) e Eric Hobsbawm (1977). A Europa e o mundo observaram a expansão colonial e os “choques revolucionários” (RÉMOND 1981: 13), que buscavam a liberdade e a independência de outros países. As mudanças mais visíveis após a Revolução Francesa foram a reformulação no mapa da Europa, com novas anexações e novas decisões institucionais, como o fim do feudalismo. Rémond (1981: 153) afirma que a Revolução Francesa suscitou o nacionalismo moderno, devido a três fatores: a influência de suas idéias, a independência e a unidade nacional; o exemplo dado pelos revolucionários contra o Antigo Regime; e o desencadeamento de ações em toda a Europa, uma forma de despertar o sentimento nacional.

A preocupação após a instauração do novo governo era a fundação de uma nação francesa não através da imposição vinda de um Estado coercitivo, mas por um pacto de transferência de seus direitos e deveres para as mãos de representantes legitimados pelo voto, que seriam responsáveis pela criação e aplicação das leis que regeriam o Estado, ou seja, romper “*com as marcas mais recônditas do passado*” (ORTIZ, 1991: 190). Para isso, havia a necessidade da formação de uma memória nacional<sup>26</sup>, que não poderia ser específica e nem limitada à experiência de um único grupo social; ela teria que ser produzida pela história social e circundar o campo da ideologia e do poder. É nesse momento que as festas nacionais são instituídas para despertar na população esse sentimento de pertencimento à nação francesa, como exemplo a festa de 14 de julho. Para Jacques Le Goff (2003: 458), essas datas comemorativas eram importantes tanto para os revolucionários, que as usam para que a população não se esquecesse das lutas durante a Revolução Francesa, como para os grupos que estão no poder, que se apropria

---

<sup>25</sup> Apesar das marcas deixadas pela Revolução Francesa, Rémond (1981: 13) declara que não podemos afirmar que as revoluções posteriores ocorridas no século XIX são repetições daquela.

<sup>26</sup> Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória* (2003: 419), salienta que a memória varia em função da presença ou ausência da escrita.

dessas datas para o apoio popular. Além dessas festas, são lançados selos, monumentos, moedas e placas para consolidação da memória nacional francesa.

Não somente as festas, mas a escola também foi um instrumento de formação de uma memória coletiva, responsável tanto pela universalização da língua nacional, o francês, como também a disseminação de uma cultura nacional, em detrimento das culturas tradicionais de cada região, que unificasse o Estado francês. Para Rémond (1981: 156), a língua constitui, assim, um dos pontos de apoio do sentimento nacional, como também a religião e a história. A noção de história que estamos utilizando, já discutida no primeiro capítulo, desde sua abordagem como disciplina científica desempenhou o “*papel de legitimação histórica da cultura européia ocidental*” (SILVA 2005), tornando-se uma ferramenta para o movimento de construção do Estado Nação francês. É nesse sentido que podemos falar que a História Antiga tornou-se um artifício para justificar essa nova constituição nacionalista, em que atualmente se tornou uma nova linha de pesquisa dentro da História, que elucida a interface entre o passado e o presente.

Diante das leituras realizadas, percebemos que existem várias teorias sobre o conceito de nacionalismo no século XIX. Uma delas é definida por Brian Jenkins, em seu livro *Nacionalismo na França*<sup>27</sup> (1990), no qual a idéia de nacionalismo foi usada em diferentes contextos ao longo do século XIX, principalmente nos movimentos de independência, contra as agressões externas e o estabelecimento de estados nações, através da integração interna desses estados. O autor comenta duas correntes que conceituam o nacionalismo, sendo ambas contra os preceitos do Antigo Regime. A primeira vincula-se às teorias de pensadores liberais, ou seja, para eles esse processo de formação da nação é concebido largamente em termos culturais, aproximando-se

---

<sup>27</sup> No original, *Nationalism in France: Class and nation since 1789*.

conceitos de etnicidade, unidade lingüística, experiência histórica coletiva e comunidade de destino. A segunda é proveniente do pensamento marxista e tem se inclinado a ver a emergência de estados-nação em termos de mudança de modos de produção, mais especificamente, a ascensão da burguesia européia; pensamento esse que influenciou as obras escritas por Vladimir Lenin no início do século XX.

Para Jenkins, ambas as teorias são “fundamentalmente deterministas” (1990: 02), pois tanto o processo cultural quanto o econômico acabam produzindo nações, afirmando que as fronteiras entre os países não são processos naturais. Em sua opinião, apesar da complexidade em definir a história do nacionalismo com base no desenvolvimento social, político e econômico da França, Jenkins assegura que o nacionalismo é primeiramente um fenômeno político, e caracterizado pela diversidade, pois apresenta perspectivas diferentes quando utilizado por classes sociais e posições políticas distintas, ou seja, que não se pode falar de nacionalismo, mas sim de nacionalismos, devido à diversidade cultural dentro da sociedade francesa.

No tocante às idéias de Réne Rémond, ele busca novos elementos para se entender o nacionalismo, oriundos de quatro sistemas políticos que mudaram as práticas sociais durante o século XIX na França: o liberalismo, que apoiava um governo comandado pelas elites, a democracia, que lutava pelo sufrágio universal, a escola socialista, que defendia a revolução operária, e a idéia nacional. Esse nacionalismo, desenvolvido no pensamento de Rémond (1981: 149), não poderia ser usado no século XIX, uma vez que essa denominação no qual, hoje, pensamos espontaneamente, é um anacronismo para os cidadãos franceses do século XIX, que preferem usá-lo no sentido de uma doutrina política dentro das fronteiras dos países a aplicá-lo a esse movimento das nacionalidades; diferenciando-se completamente da opinião defendida por Jenkins. Rémond recomenda, nesse caso, para substituir o termo nacionalismo, o uso das

expressões idéia nacional, sentimento nacional e movimento das nacionalidades. No século XIX, o renascer do sentimento nacional foi obra de intelectuais, pois eles recuperaram as línguas nacionais, procurando um passado nacional, despertando na população local o sentimento de que ela faz parte de certa nacionalidade e tornando a escola o centro das lutas nacionais, tornando o nacionalismo “um fato de cultura” (RÉMOND 1981: 150).

Ampliando essas visões expostas até esse momento, nos últimos anos surge uma nova corrente de estudos na história antiga que busca ampliar a questão cultural e a formação da identidade nacional através dos usos do passado. Laurent Olivier (2003: 38) coloca que a descoberta do continente americano nos séculos XVI e XVII e o achado de vestígios arqueológicos de outras civilizações pré-clássicas transformaram as bases de como a identidade européia havia sido construída até o século XVIII e o problema resultante dessas descobertas era o de como juntar em uma mesma história universal do homem os ‘selvagens’ e os europeus. A resposta encontrada foi a de mostrar, através da análise da cultura material encontrada tanto na América como na Europa, que os ameríndios se encontravam em uma escala evolutiva anterior àquela européia, ou seja, que essas populações primitivas conservariam as marcas das origens do homem moderno. É dessa maneira que a arqueologia auxilia a construção de uma identidade européia e se torna um aparato científico das origens da Nação, havendo a transição dos gabinetes de curiosidade para o que podemos chamar de os primeiros gabinetes de Antigüidades.

Um ponto importante a ser ressaltado é o fato de que esses autores aqui discutidos constituem os seus pensamentos e análises da cultura, do imperialismo, da identidade e do nacionalismo a partir das idéias do contexto social e político em que vivem.

Impulsionada pelo desenvolvimento da arqueologia, a constituição da identidade moderna francesa ocorre através das representações culturais. É nesse contexto que se dá à representação europeia do *outro*. Nesse sentido, concordamos com Said (1995: 57) quando ele afirma que a representação tem o poder de modificar a realidade que parece refletir e é por essa razão que o imperialismo, como narrativa, monopolizou o sistema inteiro de representação. Essa representação tornou-se uma ferramenta de dominação cultural, tendo como pressupostos o conhecimento e o poder. É nesse momento, em que estamos dissertando sobre a problemática da representação, que podemos nos remeter ao Orientalismo.

O Orientalismo, para Said (1990: 52), nasce da aproximação com o Oriente, criando uma relação de poder, força e dominação, ou seja, ele se torna uma força cultural, resultado do conhecimento produzido sobre o Oriente, e que é reforçado pela dominação – muitas vezes militar – exercida no Leste, resultando para essa região coerções e limitações ao pensamento. O Oriente passa a ser, segundo Turner (2000: 03) – crítico da obra *Orientalismo* –, construído na ideologia ocidental como um permanente e duradouro objeto de conhecimento em oposição ao Ocidente como seu negativo e alternativo pólo. O Oriente é reiterado, representado e reproduzido a todo tempo e um espaço para essas forças ideológicas.

Através de outra via de análise, Todorov (1999: 157) comenta que se a compreensão não for acompanhada de um reconhecimento pleno do outro como sujeito, então essa compreensão corre o risco de ser utilizada com vistas à exploração, ao ‘tomar’; o saber será subordinado ao poder. Sendo assim, destacamos que Turner, Said e Todorov são unânimes em dizer que a representação é circundada pelo poder daqueles que a criam, servindo aos seus propósitos, que, no caso da relação entre Europa e

Oriente, incluíam a dominação de regiões desejadas, justificando, dessa forma, as ações e os discursos perante aquele que seria representado.

### 2.3 O Orientalismo

Neste momento, julgamos necessário fazer algumas considerações acerca do Orientalismo. Edward Said, um dos mais recentes estudiosos do orientalismo, em seu livro *Orientalismo*<sup>28</sup> (1990) define-o como uma disciplina científica que focaria seu objetivo em uma aquisição e acumulação de conhecimentos sobre o Oriente. Essa obra é importante por dois motivos: primeiro porque ela aborda um assunto pouco discutido até a década de 1970: a construção imagética do Oriente por parte da Europa, que teve como consequência a expansão de estudos históricos sobre este período, segundo, porque apresenta diversas obras e autores que auxiliam na reconstrução do século XIX. Outra questão importante da obra de Said, de acordo Pedro Paulo Funari (2006: 34), é que ele, de forma densa e aprofundada, mostrou como a representação dos povos orientais foi essencial à própria definição de identidade ocidental e à legitimação dos interesses das nações colonialistas.

Entretanto, críticas foram feitas a Said devido a algumas afirmações ou escolhas realizadas pelo autor<sup>29</sup>. A primeira crítica foi feita por Ashcroft (2001: 69-70) referente ao fato de Said localizar o começo do Orientalismo logo após a invasão de Napoleão ao Egito (1798), ao invés do início do século XVIII, e também no maior interesse demonstrado pela Europa no estudo das línguas Indo-Européias. Outro problema

---

<sup>28</sup> Valerie Kennedy (2000: 02) afirma que o livro “*Orientalismo (...) examina o desenvolvimento das concepções e representações ocidentais do Oriente desde a metade do século XVIII até o presente*”.

<sup>29</sup> Edward Said responde a algumas dessas críticas no livro *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

apontado por Ashcroft é a omissão da escola alemã de Orientalismo e seu considerado impacto no campo na obra de Said. Para responder a essa crítica deve-se chamar a atenção para as primeiras páginas do livro *Orientalismo*:

A Inglaterra e a França dominaram o Mediterrâneo oriental desde o final do século XVII em diante, mas a minha discussão dessa dominação e desse interesse sistemático não faz justiça a *a)* as importantes contribuições ao Orientalismo da Alemanha, da Itália, da Espanha e de Portugal e *b)* e o fato de que um dos importantes impulsos para o estudo do Oriente no século XVIII foi a revolução dos estudos bíblicos (SAID 1990: 29).

Said segue argumentado que a escolha pelas duas potências da época, França e Inglaterra, deve-se ao fato de elas serem as pioneiras a empreenderem estudos científicos, arqueológicos e geográficos no e sobre o Oriente, não caracterizando a conquista desses territórios somente com o intuito de exploração de matéria prima ou a captura da população local para ser vendida como mão de obra escrava.

Já Valerie Kennedy (2000: 16) critica Said por desconsiderar os fatores de classe e gênero nas suas análises sobre as representações e Turner (2000) pelo fato de ele não citar os protestos contra os meios de vida ocidentais, como o consumismo, os estudos subalternos surgidos após o período de descolonização durante o século XX e o poder de alguns países asiáticos, como o Japão e dos Tigres asiáticos na teorização do orientalismo. Porém percebemos que no livro *Cultura e Imperialismo* (1995: 12), de Edward Said, o autor afirma que a invasão imperialista não foi pacífica; houve a resistência por parte dos nativos, uma resistência cultural, que na maioria dos casos acabou preponderando. O que podemos perceber nessas críticas é que esses autores não discutem a essência da abordagem de Said sobre a construção da representação, mas sim alguns elementos que ele não considerou nos seus estudos sobre o orientalismo.

A França apresentava outros motivos para a dominação de terras orientais, não se caracterizando o Orientalismo<sup>30</sup> somente como um interesse político: após a Revolução Francesa, houve a anexação de várias regiões estrangeiras, respaldada pela doutrina denominada por Hobsbawm (1977: 85) do direito francês às ‘fronteiras naturais’. É interessante destacar a opinião de Jules Mohl<sup>31</sup>, orientalista e secretário da Sociedade Asiática em meados do século XIX:

“O Oriente todo inteiro foi sacudido, toda a Ásia Ocidental caiu sobre a influência da Europa, e a China mesmo está profundamente atingida por uma revolução política religiosa cujo triunfo abrirá provavelmente para a continuação desse país às idéias européias” (MOHL 1879: 73-74)<sup>32</sup>.

Durante o século XIX, o nacionalismo e o imperialismo francês dinamizam-se com essa doutrina. Europeus lançam-se pelas rotas do Oriente, colonizando regiões na África, Ásia e América, estabelecendo, segundo Hobsbawm (1977: 19), um domínio do globo por uns poucos regimes ocidentais que não tem paralelo na história. Ante os

---

<sup>30</sup> Said pensa em vários conceitos para o orientalismo. O primeiro seria acadêmico, quem leciona ou pesquisa o Oriente é um orientalista. O orientalismo também pode ser pensado como uma “*distinção ontológica e epistemológica feita entre ‘o Oriente e... o Ocidente’*” (1991: 15). E como uma instituição organizada para negociar com o Oriente, fazendo declarações e autorizando opiniões a seu respeito.

<sup>31</sup> Julius Mohl nasceu em Stuttgart em 23 de outubro de 1800, sendo filho de um alto funcionário civil do reino de Wurtemberg. Aos 18 anos ingressou em Tubingue para estudar teologia. Os estudos sobre o cristianismo, principalmente o hebreu, trilharam o caminho que o levou a se envolver com o Orientalismo. Em 1823, encaminha-se para o Collège de France e decide especializar-se no estudo da língua persa. Em 1826, é-lhe dada a cadeira de línguas orientais em Tubingue, cargo que ele não exerceu. Ele publica, em seis capítulos, a tradução de *Shah Nameh* ou *Livre des Rois*, epopéia famosa de Firdousi. Essa descrição dos reis persas reproduziu uma parte das tradições nacionais desse povo. Mohl torna-se professor de persa no Collège de France em 1847. Ele viaja para o Oriente, o que o caracteriza como um orientalista, segundo o *Le dictionnaire des idées reçues*, que define um orientalista como aquele que viaja muito (1947: 86). Em seu artigo, Baym também o define como um orientalista (1979: 226). Em 1852, Mohl ocupa o cargo de inspetor do Departamento Oriental da Gráfica Nacional francesa; cargo este que lhe dá uma posição de independência na Sociedade Asiática de Paris, considerada como capital do mundo orientalista durante o século XIX. Jules assumiu, primeiramente, o cargo de secretário adjunto, depois o de secretário e, por fim, o de presidente da Sociedade Asiática. A sua obra inclui uma descrição detalhada do material produzido entre os anos de 1840 e 1867 no Oriente, sobre o qual ele tinha conhecimento, citando muitos que estavam presentes na sociedade francesa, evidenciando as relações que ele mantinha com os principais orientalistas da época. Ele também traça a carreira dos membros eminentes que morreram durante o ano, com alguma nota biográfica, e todas as publicações escritas em francês, em inglês, em alemão, em italiano que lhe parece natural para enriquecer a capital da erudição.

<sup>32</sup> Todas as traduções do original são de minha autoria.

negociantes, às máquinas a vapor, os navios e os canhões do Ocidente – e ante suas idéias –, as velhas civilizações e impérios do mundo capitularam e ruíram.

A Índia tornou-se uma província administrada pelos cônsules britânicos, os Estados islâmicos entraram em crise, a África ficou exposta a uma conquista direta. Para Rémond (1981: 179), a superioridade ocidental não se restringia somente ao poder bélico, mas também a superioridade na arte de governar, nas relações entre os homens, reforçando a sua superioridade de direito, de poder e de organização. As desigualdades nas relações entre colônias e colonizadores eram referentes às decisões políticas tomadas nas metrópoles sem a consulta às colônias, a imposição de estatutos jurídicos diferentes nas colônias, a desigualdade econômica referente à exploração dos recursos naturais e a desigualdade cultural, com a imposição de idéias, valores, e a determinação do que era a civilização, tornando-se um conceito universal.

Em meados do século XIX, todo o Oriente já havia sido mapeado e estudado, mas esse estudo estava baseado na tentativa dos orientalistas em provarem as informações científicas que haviam recolhido nas bibliotecas européias; referências essas encontradas em textos datados desde a Antigüidade sobre o Oriente. Esse conhecimento produzido pelos estudos orientalistas influenciou a literatura ficcional européia, criando uma experiência homogênea, que para Said (1990: 108) reforçou as divisões estabelecidas pelos orientalistas na Europa sobre o Oriente, através da utilização das riquezas do Oriente para as produções literárias durante o século XIX. Essas informações também favoreceram as invasões e ambições coloniais ocidentais no Oriente, uma vez que os invasores tinham alguns dados sobre a cultura dessas populações, favorecendo a ocupação dessas regiões.

Dentro dessa noção do que é o orientalismo e a descrição do Oriente para o ocidente, podemos perceber como o orientalismo tornou-se uma ferramenta para os

movimentos nacionais, pois ele determina claramente as diferenças entre ocidentais e orientais, e essas diferenças funcionam como uma das engrenagens na constituição da identidade europeia, que é a base das idéias nacionais. Outra ferramenta importante para a construção de nações na Europa foi, para Geary (2005: 46), a filologia, pois através dela os governos suprimiram as variantes lingüísticas, os vários passados e tradições culturais em prol de uma única língua, o francês em um passado longínquo e sem descontinuidades com o intuito de introjetar nas pessoas um sentimento de pertencimento à nação francesa. Há a inserção da história na filologia, que tinha o intuito de entender como os vários idiomas indo-europeus relacionavam-se entre si. Complementando a idéia de Geary, outro historiador que discute o papel da filologia é Eric Hobsbawm (1977: 309) ao comentar que através dela, houve a conquista de sociedades orientais pela Europa, e buscando, dessa maneira, traçar uma evolução histórica das línguas, influenciada pelas idéias científicas sobre a evolução das espécies defendida por Charles Darwin no século XIX.

Essa busca permite que o debate sobre a superioridade e a inferioridade das raças, civilização e barbárie, continuasse no cenário europeu, como a passagem retirada do livro *Salammbô*, escrito por Gustave Flaubert, na qual os soldados, depois de saírem de Cartago, encontraram – no deserto – cem leões crucificados:

“Cem passos mais adiante, viram mais dois leões, e então, de repente apareceu uma longa fila de cruces com leões pendurados. Uns tinham morrido há tanto tempo que apenas existia sobre a madeira um resto de esqueleto; outros, meio carcomidos, torciam a boca fazendo horríveis visagens. Havia alguns enormes, a árvore da cruz vergava sobre eles, balançando-os ao vento, enquanto sobre a sua cabeça bandos de corvos rodeavam no ar, sem parar. Assim se vingavam os camponeses cartagineses, quando apanhavam alguma besta feroz; esperavam por este exemplo aterrorizar os outros. Os Bárbaros, deixando de rir, quedaram-se num grande assombro. Que povo é este, pensavam, que se diverte a crucificar leões” (FLAUBERT 1992: 47-48).

Apesar dessa dicotomia não estar nos preceitos do conceito de “raça”, no momento em que ela é combinada com as teorias de evolução do homem, ela passa a pertencer a esse discurso, pois a raça que estivesse mais próxima dos fósseis humanos descobertos seria considerada inferior em relação aos seus descobridores, no caso, europeus. A evolução da biologia permitiu uma hierarquização das raças, e uma antropologia cultural<sup>33</sup> – derivada, entre outras, da literatura de viagem – surgiu, afirmando que uma sociedade atrasada sócio-culturalmente evoluiria para uma civilização moderna, com uma tecnologia mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e bem-sucedida; fundamentando a teoria de que os homens não são iguais, legitimando a dominação, principalmente sobre o negro. Para Said (1995: 14), essas noções eram amplamente aceitas pelos europeus, e ajudaram a propiciar a aquisição imperial de territórios na África ao longo de todo o século XIX.

#### **2.4 A construção da identidade francesa acerca do Egito Antigo**

De acordo com o que desenvolvemos acima, neste momento, vamos introduzir algumas questões relativas ao nosso objeto de trabalho: estudar as representações do Antigo Egito na obra de Gustave Flaubert, obra essa inserida na elaboração da identidade francesa. Para tanto, destacaremos alguns momentos fundamentais que evidenciam a Questão Oriental na França durante o século XIX, que esclarecem a tentativa de manter viva a história do Antigo Egito. A sociedade egípcia da Antigüidade, responsável pela construção de obras que encantam o mundo até os dias atuais, já era objeto de fascínio e estudo na Antigüidade Clássica. Uma das primeiras

---

<sup>33</sup> É neste contexto que nasce a Antropologia, pois com o Imperialismo, havia a necessidade de uma disciplina que estudasse o homem, mas o homem simples – o outro que era descoberto nessas campanhas – a sua língua, seu físico, suas tradições e sociedade, sua cultura material.

descrições do Antigo Egito foi realizada pelo historiador grego Heródoto<sup>34</sup>, que destinou um capítulo da sua obra *Histórias* a essa sociedade, apontando as diferenças culturais entre os gregos e os egípcios através da descrição do funcionamento da sociedade, dos costumes, dos hábitos, da geografia, da política, da história, afirmando que o Egito “*possui as coisas mais maravilhosas e oferece obras que superam as possibilidades descritivas*” (MORAES 1999: 140). Muitos mosaicos do período romano apresentam paisagens egípcias, “*com seus crocodilos e hipopótamos*” (FUNARI 2003: 89). Para Lévi –Strauss, a:

“[...] civilização egípcia, cuja importância para a humanidade conhecemos, só é inteligível como obra comum da Ásia e da África e os grandes sistemas políticos da África antiga, as suas construções antigas, as suas doutrinas filosóficas durante muito tempo escondidas aos Ocidentais, as suas artes plásticas e a sua música, que exploram metodicamente todas as possibilidades oferecidas para cada meio de expressão, são outros tantos índices de um passado extraordinariamente fértil” (1980: 74).

Martin Bernal (1993: 163), em seu livro *Atena Negra*<sup>35</sup>, afirma que houve uma mescla das culturas egípcias e fenícias, além de outros invasores, para a formação da cultura grega. Comenta que durante os séculos seguintes à queda do Império Romano, o Antigo Egito manteve-se no cenário europeu devido à reputação da sua Filosofia, Ciências e seu sistema de governo, e também através da maçonaria, que utilizou alguns símbolos da sociedade dos faraós em seus rituais e na sua arquitetura.

Napoleão Bonaparte, ao iniciar a expansão do Império francês para o além-mar, invade o Egito em 1798, vencendo os mamelucos na Batalha das Pirâmides<sup>36</sup>. Com essa

---

<sup>34</sup> As passagens sobre Herodoto foram retiradas da Dissertação de Mestrado de Érica Siane Moraes, intitulada *Heródoto e o Egito. Tradução e comentário do Livro II das Histórias*. Campinas, 1999.

<sup>35</sup> No original, *Black Athena: the Afroasiatic roots of classical civilization*.

<sup>36</sup> Apesar de a França perder a batalha naval para os Britânicos, chamada de Batalha do Nilo ou Batalha de Aboukir, isso não impediu que os franceses permanecessem no território egípcio até o ano de 1801.

vitória, ele determina aos estudiosos que acompanharam essa campanha militar que realizassem as primeiras investigações científicas nesta região, a procura de vestígios arqueológicos sobre o Antigo Egito. Os estudos sobre a arquitetura, a cultura e a arqueologia, como também sobre a fauna e a flora do Egito foram posteriormente agrupados na enciclopédia *Description de l'Égypte*, iniciada em 1809. Durante estas campanhas arqueológicas e científicas, inseridas dentro da concepção de missão civilizadora, foram descobertos os hieróglifos escritos na Pedra Rosetta, decifrados por Jean-François Champollion<sup>37</sup> – publicados em 1824 – e que marcou o início da egiptologia<sup>38</sup>.

Essa visita trouxe à cena francesa o fascínio pelos grandes impérios da Antigüidade, que passam a ser admirados no episódio de desenvolvimento do Imperialismo na França. Assim sendo, a partir desse fascínio evidenciado pelo próprio Napoleão, surgiram vários intelectuais da sociedade francesa que passaram a se interessar pelos registros da história do Antigo Egito, em especial o autor da obra escolhida como fonte para essa pesquisa.

Com a derrota de Napoleão em 1815, foi instaurado na França um novo regime de governo, decidido no Congresso de Viena, chamado de Restauração, assumindo o trono, até 1830, Luís XVIII, que instituiu a Carta Constitucional, diferente do Antigo Regime, em que havia uma ausência de Constituição, e concedeu outras reivindicações liberais, como a liberdade de expressão, de culto e de imprensa. Entretanto para Jenkins (1990: 47), o período entre 1815-30 foi marcado por uma total ausência de discurso político sobre a Restauração, por excluir a maioria da população masculina adulta, uma vez que

---

<sup>37</sup> Martin Bernal assinala que apesar do fascínio pelo Nilo e pelo respeito da maçonaria, a decadência pelo interesse pelo Egito durou 25 anos após a morte de Champollion, entre 1831-1854. Mas houve um período de recuperação após os anos 1850 e que duraram até 1880.

<sup>38</sup> Definir egiptologia.

não era permitida a participação das mulheres na vida política, e uma ideologia contra mudanças econômicas e sociais. Em 1830 estouraram na França movimentos, que oscilam entre o caráter liberal, democrático, socialista e de sentimento nacional, contra a Restauração.

Em 1834 há uma crise nas relações com o Egito, a chamada Questão Oriental, que para Réne Rémond (1981: 152) poderia ser classificada como uma reivindicação nacional. Hobsbawm (1977: 124) descreve que desde a expedição de Napoleão ao Egito, a influência francesa foi poderosa naquele país, cujo paxá, Mohammed Ali<sup>39</sup>, um governante virtualmente independente, tinha ambições em relação ao império turco. De fato, as crises da ‘Questão Oriental’ na década de 1830 foram essencialmente crises na relação de Mohammed Ali com seu soberano, complicadas no último caso pelo apoio francês ao Egito.

De acordo com Frederick Rodkey (1930: 627)<sup>40</sup>, o sultão egípcio, e, 1833, havia sido derrotado em uma guerra contra o seu vassalo Mohammed Ali<sup>41</sup>, e as forças egípcias avançavam em direção à Ásia Menor, ameaçando o Império Otomano. Temendo que o paxá egípcio fosse apoiado pela França e que o seu triunfo mundial encorajasse a expansão das idéias ‘francesas’, a Áustria sugere que a Inglaterra mandasse assistência para o sultão contra o Levante. Constantinopla recebeu a cooperação das tropas russas contra os egípcios, havendo um acordo entre Áustria, Grã-Bretanha, Rússia e França para os assuntos referentes à manutenção da independência da Turquia.

Entretanto,

essa ajuda oferecida pela Rússia tinha como intuito a expansão do próprio império russo. Segundo o que narra Flaubert em *Viagem ao Egito*, quando eles estavam na cidade de Aboukir, situada nas margens do Mar Mediterrâneo, eles foram aconselhados a se armarem, por causa da “guerra, militares, Rússia” (1986: 45). Outro fato importante é que quem ofereceu as armas foram os “*nossos bons turcos*” (FLAUBERT 1986: 45), demonstrando que o Império Otomano tinha a intenção de anexar o Egito ao seu território.

<sup>39</sup> O mameluco albanês Mohammed Ali se torna vice-rei do Egito, um cargo criado pelo sultão otomano Selim III, governando entre 1805 a 1848. Segundo Roland Oliver (1944, p. 183) Mohammed Ali recrutou um exército treinado por instrutores franceses e estabeleceu uma administração civil organizadas em departamentos com um sistema ministerial semelhante aos da Europa. Como sendo um comandante, anexou o Sudão ao território do Egito através da invasão e conquista do reinado de Sennar em 1821.

<sup>40</sup> Nesse texto consultado, Rodkey trabalha diretamente com as relações entre Inglaterra e Áustria quanto à Questão Oriental.

<sup>41</sup> Flaubert descreve em seu diário a sua visita à mesquita de Mohammed Ali no Cairo, afirmando que seria uma “*imitação*” (1986: 61) da mesquita de Santa Sophia –, onde estaria a tumba provisória dele, “*rodeado de uma gaiola de madeira, recoberta de tapetes, sob um lustre de cristal*” (1986: 55).

Apesar da independência do Egito e da retirada dos franceses em 1801, ainda havia um controle europeu nessa região, pois as finanças públicas passaram para as mãos dos ingleses, como também a polícia, a comunicação e os portos, e a França continuava enviando seus representantes ao Egito. Essa presença européia no Egito facilitou a construção do Canal de Suez, projetado por Ferdinand de Lesps, inaugurado em 1869, ligando a África à Ásia, o que facilitaria as investidas ocidentais pelo Oriente.

Hobsbawm declara que catorze anos após a crise da “Questão Oriental”, estoura nas ruas de Paris uma revolta social esperada e prevista, a “primavera dos povos” (HOBSBAWM 1996: 20). Renato Ortiz (1991: 75) afirma que o ano de 1848 não é fortuito; ele marca profundamente a sociedade francesa. Mohl presencia esse momento, descrevendo-o em seu manual: *“quando o barulho da rua veio cobrir, em toda a Europa, a voz da ciência. Hoje ainda, a inquietude dos espíritos... e o futuro incerto... mas essa agitação terá um fim, enquanto que a ciência é eterna, como a verdade, da qual ela é a expressão”*<sup>42</sup> (1879: 327).

Essa insurreição, basicamente composta por trabalhadores urbanos pobres, conseguiu instaurar a república na França depois de derrubar a monarquia, e iniciou uma revolução européia, que se espalhou rapidamente por entre os países do mundo todo, afetando diretamente a alguns. Mas com a mesma rapidez com que se espalhou ela foi derrotada: dezoito meses depois e todas as monarquias derrubadas haviam sido restauradas, exceto à francesa. Apesar da curta vitória, a revolução de 1848 provocou a abolição do trabalho servil remanescente em algumas áreas da Europa e adoção do sufrágio universal na França. O movimento operário ganhou o direito a greves e coalizões na França em 1864, mas terá que esperar até 1901 para fundar as associações.

---

<sup>42</sup> Nesse momento a verdade e a ciência se tornam sinônimos, e a verdadeira história da civilização só poderia ser escrita pelos europeus.

Renato Ortiz (1991: 13), ao analisar o século XIX, afirma que a época foi marcada por rupturas e descontinuidades, uma descontinuidade se instaura; a organização da sociedade se desloca para outro patamar. Para ele (1991: 30-31), existem duas modernidades; uma primeira que se associa a Revolução Francesa e uma segunda, que tem como substrato um outro sistema técnico, ou seja, da Revolução Francesa até a Revolução Industrial, ocorrida na década de 1850, seria um momento onde ocorre uma transformação, e elementos novos caminham lado a lado com elementos remanescentes, e desse momento até o início do século XX. Francisco Falcon (1997: 99) também concorda com esses dois momentos distintos no século XIX, mas afirma que essa ruptura ocorreu somente em 1870, porque é nesse momento que temos a oposição entre o romantismo, que critica o iluminismo, e o estabelecimento da corrente positivista nos estudos históricos.

A ciência refletia as mudanças que estavam acontecendo dentro da sociedade francesa. A difusão e o avanço do conhecimento científico ocorrem a partir da criação de instituições de ensino técnico-científico na Europa. Ernest Renan<sup>43</sup> afirma, no prefácio de *Vinte sete anos da história dos estudos orientais*<sup>44</sup>, que esse período escolhido por Mohl foi “*a era heróica dos estudos orientais*” (1879: X). Mesmo com a crise instaurada entre França e Egito, descrita por Mohl:

“a mais grave das circunstâncias, a guerra do Oriente, terminará mesmo, sem alguma dúvida, por exercer uma influência poderosa sobre o desenvolvimento dos estudos orientais na Europa, e, por conseqüência, de instituições que são, como a nossa, fundadas para facilitar e propagar esses estudos” (1879: 542).

---

<sup>43</sup> Ernest Renan (1823 - 1892), orientalista francês, foi um dos maiores estudiosos das línguas semíticas, publicando, entre outras obras, *Histoire générale et système compare des langues sémitiques* em 1855.

<sup>44</sup> No original *Vingt-sept ans d'histoire des études orientales: rapports faits à la Société asiatique de Paris de 1840 a 1867*.

Ao ler a sua obra, percebemos que houve uma expansão de sociedades responsáveis pelo estudo do Oriente, como – por exemplo – a Sociedade Asiática<sup>45</sup>, nas cidades orientais de Calcutá, Bagdá, Síria e Egito, com a expansão do imperialismo francês e britânico pelo mundo.

A Sociedade Asiática era uma sociedade livre que foi fundada em Paris em 1822 por Charles-Philibert de Lasteyrie e Silvestre de Sacy, este último considerado o patriarca dos orientalistas por Turner (2000: 07), durante o movimento literário que agitava todos os espíritos sobre a Restauração. Era uma das responsáveis pela difusão dos estudos sobre o Oriente na Europa através do *Jornal Asiático*<sup>46</sup>, tendo membros presentes em universidades, institutos e governo. Esta sociedade apresentava unidades em várias cidades européias e em cidades espalhadas pelo mundo Oriental, com a responsabilidade de gerenciar os estudos arqueológicos, etnográficos, históricos e filosóficos – traduzidos nas formas de catálogos, pesquisas e relatórios – nesses países, bem como de produzir gramáticas que auxiliassem nos estudos das línguas orientais e também na divulgação da tradução de obras literárias, livros, manuscritos para o francês, inglês e alemão<sup>47</sup>. De acordo com Mohl (1879: 470), com o intuito de reconstruir a história do mundo oriental.

As ciências sociais no século XIX estavam preocupadas em “explicar as diferenças sociais humanas em termos de meio ambiente”. A discussão sobre as raças humanas inicia-se com o estudo dos crânios, e a contraposição entre os monogeistas, que acreditavam que as diferentes raças teriam uma origem única, e os poligenistas, que criticavam essa teoria.

---

<sup>45</sup> Sociéte Asiatique.

<sup>46</sup> Journal Asiatique.

<sup>47</sup> Tudo indica que Gustave Flaubert foi influenciado por essas traduções.

Concordamos com Said (1990: 103) quando ele afirma que as representações ocidentais no século XIX podiam *criar*, não somente o conhecimento, mas a própria realidade que parecem descrever, que não era simplesmente dada, mas apresentada, descrita pelos estudiosos das culturas orientais. Essas representações não estabelecem uma relação de igualdade entre o criador e a criatura, mas são inscritas pelas relações de poder, principalmente as relações de dependência e subordinação sustentadas pelo próprio colonialismo. Essas representações são institucionalizadas, produzindo assim, uma tradição, um discurso orientalista, onde uma gama variada de experiências é reduzida a idéias atraentes, fáceis de lembrar e citar, que se mantêm como uma instituição organizada responsável tanto pelo conhecimento como pelo domínio que se assegurava no Oriente.

Percebemos, portanto, ao longo da nossa exposição, conexões entre o imperialismo, identidade, nacionalismo e orientalismo, e de como essas idéias estavam presentes na França do século XIX e influenciaram na escolha dos temas presentes na literatura de Gustave Flaubert. Nesse sentido, de todas as obras lidas de autoria desse literato, destacamos a narrativa de viagem em cuja obra podemos mapear essas influências, e a maneira como o uso do passado, mais especificamente do Antigo Egito, foi usada para construir uma relação entre ocidentais e orientais, contribuindo para o estabelecimento de uma identidade francesa.

### CAPÍTULO III

## O ANTIGO EGITO NA CONCEPÇÃO DE GUSTAVE FLAUBERT

*O Egito é 'um presente do Nilo', mas é acima de tudo  
uma invenção humana”*  
(VERCOUTTER 1980: 17)

### 3.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, vamos explorar e analisar a obra escolhida como fonte nesta Dissertação, o diário de bordo *Viagem ao Egito*, escrito por Flaubert durante a sua permanência no Egito entre os anos de 1849 e 1850. A estrutura desse diário segue a ordem na qual Flaubert foi conhecendo as cidades egípcias ao longo do rio Nilo, não havendo uma divisão do livro em capítulos, como ocorre nesta Dissertação. Flaubert escreve o nome da cidade e a descreve mesclando elementos que nos remetem tanto ao Antigo Egito quanto ao Egito do século XIX.

Inicialmente, faremos uma introdução sobre a história do Antigo Egito, entretanto, sem nos prendermos a um arco cronológico específico, pois Flaubert descreve monumentos que foram construídos pelas primeiras dinastias faraônicas, como é o caso das pirâmides de Gizé, e também durante o reinado dos Ptolomeus, empossados após a invasão macedônica em 332a.C. Ressaltaremos, assim, as características de algumas dinastias, um pouco sobre as cidades e o alfabeto, além do papel desempenhado pelas mulheres, que detinham um *status* na sociedade diferente das outras civilizações.

Essa análise do processo histórico egípcio antigo é necessária para situarmos temporalmente os monumentos arquitetônicos que Flaubert descreve ao longo da narrativa de viagem, visualizando, dessa forma, como o Ocidente se apropriou do

discurso sobre a Antigüidade para justificar a sua corrida imperialista. A visão de Flaubert, percebida ao longo da leitura do diário, é a de um viajante do século XIX, que se encanta inicialmente com a cultura oriental, que é desconhecida e ao mesmo tempo diferente da dele, mas que vai percebendo, no decorrer da viagem, que essa cultura é inferior em relação a ocidental; ou seja, a visão dele está imbuída do discurso de superioridade presente em seu contexto, menosprezando a sociedade oriental.

Em contrapartida, adotaremos uma posição crítica ao analisar as passagens referentes ao Antigo Egito descritas por Flaubert, pois o aparato histórico do Antigo Egito construído na primeira parte desse capítulo servirá de contraponto às descrições de Flaubert, auxiliando na compreensão das percepções que ele relata. Assim, perceberemos os elementos do contexto no qual ele está inserido, que foi discutido no segundo capítulo, e que influenciou a maneira como o nosso literato interage com a história e a cultura do Oriente.

Na segunda parte deste capítulo, analisaremos algumas passagens selecionadas da obra *Viagem ao Egito* referentes à Antigüidade egípcia, e que apontam para a relação entre a sociedade ocidental e o Oriente no século XIX. Primeiramente, este era caracterizado como um lugar onde o exótico e o maravilhoso habitavam, mas depois do contato com os nativos, ao Oriente resta desempenhar o papel de antagonista, servindo como o *outro*; um território ideal para a Europa comparar sua cultura e afirmar a sua superioridade e domínio sobre o Leste. Essa dominação resulta na última etapa da interação entre Ocidente e Oriente: a pilhagem de todas as riquezas, inclusive a cultura material, que se torna propriedade de seus invasores e irá compor os acervos particulares e dos museus da Europa.

### 3.2 A interpretação histórica do Antigo Egito citado por Flaubert

Jean Vercoutter (1980: 08) afirma que a sociedade egípcia não é interessante apenas por sua antiguidade, ela o é por sua *continuidade*, que durou cerca de cinco mil anos, desde que os primeiros faraós reinaram no Egito. Os egiptólogos comumente datam a cronologia do Antigo Egito no ano de 3000a.C, início da primeira dinastia, até as invasões macedônicas, no ano de 332a.C<sup>48</sup>. Houve influências externas dos hicsos, gregos e romanos, entretanto, essas conquistas jamais conseguiram alterar o caráter dessa sociedade. As tribos neolíticas, segundo Vercoutter (1980: 43), podem ser consideradas como as legítimas ancestrais dos egípcios dinásticos.

A base dessas confederações iniciais é o *nomos*, uma reunião de territórios agrícolas em torno de sua capital, uma pequena metrópole ou cidade, denominação utilizada por Margareth Bakos (2003: 14), e são inúmeras as vilas distribuídas ao longo do Nilo, mas as cidades são encontradas em menores quantidades. Tebas e Mênfis eram citadas nos textos como as cidades do sul e do Norte. O Egito era dividido em dois reinos distintos: o Baixo Egito, que compreendia o Delta, com vinte *nomos* e o Alto Egito, do Delta a Assuã, com vinte e dois *nomos* (MELLA 1981: 87). Essa explicação da divisão do território egípcio foi realizada para facilitar posteriormente a localização das cidades descritas por Flaubert em seu diário e como ele não distingue esses dois tipos de unidades administrativas do Antigo Egito.

Para Ciro F. Cardoso (1994: 72), escavações recentes mostram que o sítio de Nekhen (Hieracômpolis) abrigou uma população importante, composta por ricos e pobres, que pode ter originado a unificação egípcia, porque essa região apresenta uma fortificação, templos e tanques para a irrigação. Talvez um conflito com a Núbia, um

---

<sup>48</sup> A partir de 332a.C. o Egito passa a ser governado pelos reis Ptolomeus até o ano de 30d.C, momento em que ocorrem as invasões romanas. Em 641d.C. é a vez dos árabes conquistarem o território egípcio.

pouco antes do ano 3100a.C. tenha desencadeado uma mobilização militar e a taxaço de impostos, o que marcou a passagem de tribo para uma unificação dos vários grupos do Antigo Egito. Entretanto, há contradições entre os egiptólogos relacionadas com a identificação do primeiro rei egípcio que governou com as coroas do Alto e do Baixo Egito, cogitando-se os nomes Namer, Menés e Aha. A única certeza que esses estudiosos do Antigo Egito têm é que o movimento de unificação partiu do Sul, em direção ao Norte (1994: 90), através de pinturas parietais encontradas em monumentos na cidade de Hieracômpolis, no Alto Egito.

A história do Egito se divide entre a tendência à concentração política, vista na figura do faraó, e a tendência à fragmentação, causada pela extrema dimensão longitudinal do país, configurando-se como um estado de forte concentração política e de descentralização administrativa. O centro vital do país tendia a situar-se em Menfis, no Alto Egito, que se localizava, antes da expansão para o sul do território.

Vercoutter (1980: 37) lembra-nos de que os egípcios não usavam, em seus monumentos, um sistema cronológico linear ou contínuo, porque a cada novo faraó que assumia o trono, voltava-se a iniciar a contagem de anos. Dessa forma, para determinar simplesmente a data do aparecimento do primeiro rei conhecido seria preciso conhecer a duração dos reinados de todos os reis egípcios. Como os egípcios empregavam um calendário solar, que se compunha de doze meses de trinta dias cada, o que resulta em trezentos e sessenta e cinco dias ao todo, o trabalho de datação da maioria das dinastias egípcias foi concluído pelos egiptólogos. O primeiro dia do ano no calendário egípcio era marcado pelo início das enchentes do rio Nilo e pela aparição da estrela Sirius no firmamento.

Dessa forma, podemos perceber que o Nilo não era somente o rio que cortava o território do Egito, ele também favoreceu a continuidade da sociedade egípcia, que está

intimamente ligada ao seu complexo geográfico. A fertilização do solo acontecia pela ação do Nilo, que através de suas cheias depositava o limo em suas margens, proporcionando duas ou três colheitas por ano (VERCOUTTER 1980: 18). Para Bakos (2001: 13), era perto do Nilo que as cidades – as quais poderiam ser administrativas, cidades-templos ou cidades-fortalezas – foram construídas, servindo tanto de suporte contra o deserto e a fome como para o controle pelos grupos que estavam no poder das barragens, canais de irrigação e diques necessários à agricultura e à produção de alimentos. Assim sendo, veremos mais adiante as alusões feitas por Gustave Flaubert sobre o Nilo, ressaltando-o como algo deslumbrante, mas que ao mesmo tempo estava sendo conquistado pela França imperialista.

É também por volta do ano 3000a.C que se inicia a história escrita do Antigo Egito, produzindo-se os documentos antigos que representam uma das principais fontes da história egípcia. É nesse período que se formaram a língua, a religião e a unidade política do Antigo Egito. Grimal (1996: 36) afirma que a escrita egípcia é associada ao pictograma, ao ideograma e ao fonograma, ou seja, um sistema que emprega imagens e não símbolos: o pictograma é a representação direta, em que desenham um homem ou uma casa e implica em nomeá-los, e os outros dois são igualmente fonéticos. Entretanto, às vezes deve-se separar o sentido do ideograma para conservar somente o valor fonético como, por exemplo, do hieróglifo do canário, que poderá representar tanto a ave quanto ao som *sa*. A diferença entre eles será marcada por um signo que possui um valor determinante adicionado ao fonema. Bakos (2001: 110) identifica os elementos da escrita hieroglífica divididos em fonéticos, chamados de fonogramas, que representam os sons fundamentais e ideogramas, que assinalam uma noção abstrata que o hieróglifo

quer representar e os determinativos, aqueles que representam visualmente as figuras desenhadas<sup>49</sup>.

A mesma autora afirma que o ato de escrever para os egípcios representa não somente o registro de um nome, mas a criação dele (2001: 102), devido ao fato dessa habilidade ser atribuída aos ensinamentos do deus Thot. Dessa forma, os egípcios acreditavam que o conhecimento sobre o verdadeiro nome das coisas dava poderes sobre elas (BAKOS 2001: 104). De acordo com Vercoutter (1980: 37), os hieróglifos eram usados, sobretudo, para as inscrições parietais, tanto grafadas como incisadas ou pintadas. Cardoso (1994: 146) atenta para o fato de que o controle social acontecia através da ideologia do grupo de governantes e letrados, o que fazia da escrita algo acessível às camadas mais altas da população, pois não existia uma educação pública de massa no Antigo Egito.

Apesar da documentação produzida durante as diferentes dinastias faraônicas, a insuficiência de documentos torna os cinco séculos, que duraram as duas primeiras dinastias denominadas de tinitas, um período pouco conhecido, pois somente restaram as tumbas de Abidos e Saqqara, além da Pedra Palermo<sup>50</sup>.

Grimal (1996: 55) afirma que essas dinastias formam um todo único, de 3150 à 2700a.C. A primeira dinastia refere-se a um período de rápida expansão, o que indica uma região em pleno desenvolvimento, favorecida pela unificação do território egípcio. A segunda dinastia é marcada pelo desenvolvimento da escrita e a organização da realeza, que aos poucos se consolida, e o faraó torna-se uma figura divina. Os ritos de iniciação e as festas religiosas se multiplicam. As duas dinastias representam, portanto, um período de cristalização da civilização egípcia. Os documentos arqueológicos

---

<sup>49</sup> Nesse livro encontramos uma descrição detalhada dos hieróglifos.

<sup>50</sup> A Pedra Palermo é o nome dado a um fragmento de basalto onde estão grafados, de ambos os lados, nomes dos reis desde a época pré-dinástica até a quinta dinastia, situada no Antigo Império.

encontrados ainda não esclarecem a origem temporal do estado faraônico, mas desde as primeiras dinastias existe um único rei e a divisão do país em províncias.

Djeser foi o primeiro rei da terceira dinastia (GRIMAL 1996; VERCOUTTER 1992), que marca o início do Antigo Império. Durante o seu reinado, o Antigo Egito destacou-se, sobretudo na arquitetura. Entretanto, o fato mais importante é o deslocamento do centro político de Abidos para Mênfis. Menciona-se que um texto escrito na sua dinastia indica a primeira expedição egípcia ao território núbio. Djeser construiu uma pirâmide de degraus em Saqqara, requisitando o concurso de u primeiro ministro para auxiliá-lo. Este primeiro ministro, denominado de *vizir*, foi Imhotep. A ele deve-se o magnífico conjunto arquitetural da pirâmide de degraus de Saqqara, o principal cemitério real de Menfis, e respectivos anexos. Flaubert tece um comentário sobre as pirâmides de Saqqara: “*As Pirâmides de Saqqara são muito menores e mais arruinadas que aquelas de Gizé*” (1986: 65).

É na quarta dinastia, fundada por Snefru – construtor de navios para as suas expedições à Núbia, palácios, templos, fortalezas e casas – que se iniciaram as edificações da necrópole de Gizé, onde encontramos a maior pirâmide do Egito, construída pelo seu filho Quéops. Flaubert descreve o interior da grande pirâmide, dentre as várias existentes no território egípcio registradas em seu diário:

“Ela se abre do lado Norte, cor toda lisa (como um escoamento) na qual descemos; cor que faz notar; nós escorregamos sobre as *crottes* de morcegos. Ele lembra que essas cores sido feitas para ali deixar docemente escorregar os caixões funerários desproporcionais. Em frente a câmara do rei, corredor bem grande com grandes ranhuras longitudinais na pedra, como se lá a gente tivesse diminuído alguma grade de ferro. – *Câmara do rei*, tudo granito em pedras enormes, sarcófago visto ao fundo. – *Câmara da rainha*, bem menor, mesma forma quadrada comunicando provavelmente com a câmara do rei” (1986: 61-62).

Seguindo os passos do pai, Quéfren, filho de Quéops, decide construir a sua pirâmide ao sul da primeira, que também foi visitada por Flaubert: *“Interior. – Câmara de Belzoni. Ao fundo, um sarcófago visto. Belzoni não encontrou nada além de alguns esqueletos de boi. Era talvez aqueles de Apis”* (1986, p. 62).

Miquerinos, também construída em Gizé por personagem de mesmo nome, é a menor das três, revestida de granito na parte inferior (GRIMAL 1996: 81). Tudo indica que nessa época foram construídos numerosos templos, locais desde Fayum e Abu Rawash até Gizé (KEMP, 1991: 185), caracterizando esse período como o mais completo de toda a civilização egípcia.

Cardoso (1994) divide o Antigo Reinado (2780-2400a.C.) em três fases: a primeira, que abarca as três primeiras dinastias nas quais ocorrem a formação das instituições monárquicas (2920-2575a.C.); a segunda, caracterizada pelo apogeu do Reino Antigo, que ocorreu entre a quarta e a sexta dinastias (2575-2150a.C.) e o fim do Reino Antigo e início do Primeiro Período Intermediário (2150-2040a.C.). Ao longo do período que marca o fim do Antigo Império, segundo Vercoutter (1980: 64), encontramos a unidade política do Antigo Egito restaurada pelos reis tebanos. Embora Flaubert não se refira em momento algum às dinastias faraônicas, existentes na época em que foram construídas as pirâmides e os templos que ele visita, optamos por listá-las para situarmos o período histórico do Egito faraônico.

Tebas tornou-se a capital do Médio Reinado (o apogeu desse império compreende o período entre o fim da décima primeira e décima segunda dinastias – 2040-1783a.C.), devido à unificação do Egito por Mentuhotep Segundo (2061-2010a.C.). Esse período, de acordo com Cardoso (1994) constituiu uma restauração dos padrões básicos do Reino Antigo. Mentuhotep adotou uma política externa, com a proteção das minas, pedreiras e rotas comerciais, a tributação e mineração na Núbia e as

rotas marítimas com a Fenícia (CARDOSO 1994), apontando para uma política de expansão das relações entre a sociedade egípcia e povos asiáticos.

A décima segunda dinastia, iniciada por um golpe de Amenemhat, que se torna Amenemhat Primeiro, é uma das mais bem documentadas e conhecidas dinastias da história faraônica. Os reis desse período edificaram templos e executaram obras diversas, como os canais que serviam tanto para a agricultura quanto para os oásis. Outro ponto importante nesse período é a consolidação da invasão à Núbia e o estabelecimento do comércio com a Palestina, Síria e Creta. Podemos perceber que o Egito, no seu passado, apresenta uma prática de conquista de territórios.

Entretanto, o Segundo Período Intermediário, que ocorre entre as décima terceira e décima sétima dinastias (1783-1550a.C.) é marcado pelas invasões proporcionadas por asiáticos ou hicsos. As décima quinta e décima sexta dinastias são formadas por reis hicsos, que sofreram influências culturais egípcias, mas também mantiveram um contato mais íntimo com a Ásia Ocidental, proporcionando um avanço tecnológico no Egito, com a introdução da biga, por exemplo. Eles intensificaram as trocas comerciais do Egito com a Palestina e montaram um exército profissional e permanente no reino egípcio.

O Novo Reinado compreendeu o período das décima oitava e vigésima dinastias, entre 1540-1070a.C. Tebas torna-se a capital administrativa dessa época. Essa mudança de Mênfis foi necessária uma vez que, com a consolidação da expansão para o Sul, até a quarta catarata, era necessário que a capital administrativa se situasse mais perto do centro para que houvesse um controle mais eficaz desse imenso território. Há uma implantação de uma política de conquista, expandido as fronteiras para o Leste. No Novo Reinado, segundo Barry Kemp (1991: 183), há um dualismo estrutural da adoração no templo, sendo recorrente a figura do barco portátil sagrado.

É no Novo Reinado que se localizam os reinados de Amenófis Quarto, da décima oitava dinastia, que instituiu uma religião monoteísta no Egito, o culto ao deus Aton e a mudança da capital para Tell el Amarna; Tutankhamon, também da décima sétima dinastia, que assumiu o trono faraônico aos nove anos. Embora a tumba desse faraó ainda estivesse soterrada no vale dos Reis durante o período de Flaubert, sendo descoberta somente em 1922, esse local, que fascina muitos estudiosos desde o século XVII, não passou despercebido por nosso autor francês: “*Nós partimos de Qournah para o vale dos Reis. Terras brancas, sol... Nós acampamos na entrada da tumba marcada n°18*” (1986: 173).

Ramsés Segundo, da décima nona dinastia, que adotou a política de apagar o nome dos construtores de muitos templos e grafar o seu (VERCOUTTER 1980: 72), construiu muitos monumentos no Egito, um desses chamado atualmente de Abu Simbel onde há dois templos de pedra cortada. O grande templo de Abu Simbel era o primeiro de uma série de quatro templos que formavam uma unidade e cada um era dedicado para cada um dos quatro estágios dos deuses: Amun-Re, Re-Horakhty, Ptah e a manifestação divina do faraó; ou seja, há uma temática de associação entre o rei e os deuses locais (GRIMAL, 1996: 295). Flaubert também visitou esse templo durante a sua viagem na terra dos faraós: “*As colunas – Efeito do sol veio para a porta do grande templo pela metade preencher pela areia: é como por um respiradouro... Ao fundo, três colunas entrevistas na sombra*” (1986, p.128).

Após a invasão de Alexandre em 332a.C, o Egito passou a ser governado por reis macedônicos, os ptolomeus. Os gregos e romanos fundaram novas cidades no Egito, como Antinoópolis e Alexandria, esta última denominada por Flaubert como “*bastarda, metade árabe, metade européia*” (1985: 43), devido ao fato de ela ter sido fundada, na costa mediterrânica do Egito, por Alexandre em 331a.C, tornando-se a

capital do Egito helenístico, e centrando a atenção do mundo egípcio em direção ao mundo grego e ao Mediterrâneo, e que termina com a morte da rainha Cleópatra VII, em 30 d.C. (BAKOS 2001: 16). São poucos os monumentos antigos remanescentes em Alexandria, o que desapontava os viajantes do século XIX, uma vez que buscavam aquilo que haviam lido nos textos antigos. Flaubert descreve um desses monumentos, a Coluna de Pompéia, dedicada ao Imperador Diocleciano em 299 d.C: “[...]monólito com um esplêndido capitel corintiano e o nome de ‘Thompson of Sunderland’ escrito em pintura negra, sob a base, em letras de três pés de altura” (1986, p. 44).

Os reis Ptolomeus também construíram templos ao longo do território egípcio. Kemp (1991: 100) as cenas que cobrem as paredes dos templos revelam uma consciência realçada de sua própria herança de mitologia e ritual. Flaubert descreve um desses templos em Kom-Ombo, construído durante o reinado de Ptolomeu V (204-180a.C.), mas que recebeu contribuições em sua decoração durante os reinados ptolomaicos seguintes e de imperadores romanos. Algumas inscrições gregas apontam que parte do templo foi dedicada a Apolo, no reinado de Ptolomeu VI Philometor (180-145a.C.).

“Resta treze colunas, elas são cobertas de uraeus<sup>51</sup>, lá é isso que há de mais freqüente e mais numeroso... inscrição grega indicando que Ptolomeu e Cleópatra dedicaram... a Apolo e aos outros deuses; é sobre o lintel superior, nós não pudemos ler o resto” (1986: 86).

Os edifícios monumentais do Egito eram construídos entre os meses de julho e novembro, quando as enchentes do Nilo não permitiam a prática da agricultura. Era também uma época ideal para o transporte dos materiais necessários para a construção dos monumentos, devido à quantidade de água do Nilo. A arte egípcia, para Federico Mella (1981: 66), a primeira e a maior da Antigüidade, é constituída basicamente de

---

<sup>51</sup> Adorno em forma de serpente.

coluna, como as sete colunas que fazem parte de Luxor e notadas por Flaubert (1986: 99) e arquitrave<sup>52</sup>. Eles também conheciam o arco, que pode ser visto em Beit Khallaf e a abóbada, presente no templo de Ramsés III, em Medinet-Abu.

Além das conhecidas pirâmides, a arte egípcia também é composta pela escultura e pela pintura. As esculturas eram pintadas, para proporcionar-lhes a máxima semelhança com o retratado, introduziam olhos de pedras que representassem o globo, a córnea, a íris e a pupila (MELLA 1981: 68). As pinturas, que ornavam as paredes dos templos, palácios e tumbas, eram desenhadas em uma superfície plana, apesar de serem tridimensionais. O corpo humano era representado, segundo Mella (1981: 70) com a cabeça de perfil, onde o nariz é mais visível; porém, como olho tornava-se menos visível por essa perspectiva, então ele era desenhado de frente, assim como o tórax, as pernas, os braços e as mãos. Essas representações são descritas por Flaubert, porém, menosprezando a arte egípcia:

“[...] como plástica, o conjunto do desenho de todas essas representações é geralmente pesado, grotesco, decadente: os joelhos, no lugar de serem perpendiculares à perna, são colocados para dentro... isso que é feio” (1986: 107).

É importante ressaltarmos igualmente o papel exercido pelas mulheres no Antigo Egito. Tal posição sempre despertou a atenção de autores da Antigüidade, como, por exemplo, Heródoto no século Va.C. Noblecourt, em seu livro *A mulher no tempo dos faraós* (1994, p.207), salienta que na Antigüidade, a sociedade egípcia é a única que dotou a mulher de um estatuto igual ao do homem, o que é comprovado pelos documentos encontrados em escavação, bem como na iconografia de templos e tumbas. Diferente do que acontecia na Grécia, a mulher egípcia tinha a liberdade de decidir para quem iria a sua herança, bem como recebê-la do pai ou do marido. Tanto os filhos como

---

<sup>52</sup> Viga mestra disposta sobre coluna ou pilar.

as filhas poderiam receber a herança, partilhada de forma igual, dos pais, o que revela um estatuto jurídico igual para ambos os sexos (BAKOS 2003, CARDOSO 2003, NOBLECOURT 1994). A mulher poderia gerir a herança dos filhos no caso da morte do marido e administrar os bens familiares na ausência dele, além de “possuir bens, adquiri-los, estabelecer livremente contratos ou obrigações” (NOBLECOURT, 1994: 208).

O pátrio poder, tão comum na sociedade grega, que estabelecia a tutela do pai ou do marido sobre a mulher, era praticado de uma forma diferente no Egito: a responsabilidade do pai era a de proteger a filha, e não de obrigá-la, por exemplo, a cuidar da casa e dos filhos. Era a filha que escolhia o homem que desejava para ser seu marido, porém deveria respeitar a lei que a obrigava ser virgem e ser fiel ao cônjuge, uma vez que o adultério era considerado uma falta grave perante a sociedade egípcia<sup>53</sup>.

Um papel importante que a mulher exercia na sociedade era a responsabilidade pelo nascimento dos novos herdeiros caso fosse filha legítima do faraó, ou seja, a hereditariedade era assumida pela rainha, afirma Cardoso (2003: 51-52). Chistiane Noblecourt (1994: 19) descreve a mulher egípcia como a mãe respeitada acima de tudo, a mulher sujeita a uma estrita lei moral, mas dotada de grande liberdade de expressão: sua total capacidade jurídica, sua surpreendente independência financeira, o impacto de sua personalidade na vida familiar, a gestão dos bens comuns e de seus próprios bens. Um estatuto privilegiado se comparado às outras civilizações antigas; uma “*situação... mais avançada do que nas demais sociedades antigas documentadas*” (CARDOSO, 2003: 84), além da plena legitimidade para assumir o trono (GRALHA 2005, NOBLECOURT 1994). Mais adiante, perceberemos que Flaubert não se refere a esse

---

<sup>53</sup> Ao homem também ficava determinada a fidelidade no casamento, não sendo uma obrigação somente da mulher.

fato e focaliza somente as mulheres egípcias pertencentes às camadas sociais mais desfavorecidas.

Após essa breve introdução sobre algumas aspectos históricos da sociedade do Antigo Egito, passaremos à análise do diário de bordo de Flaubert. Essa análise abarcará as discussões já realizadas nos outros capítulos, acerca de como a literatura pode ser usada como uma fonte histórica, e também as influências que o imperialismo e a consolidação das identidades nacionais exerceram sobre os “olhos” dos viajantes europeus do século XIX.

### **3.3 AS REPRESENTAÇÕES DO ANTIGO EGITO NA OBRA DE GUSTAVE FLAUBERT**

O fascínio pelo Antigo Egito remonta desde a Antiguidade. Algumas obras, como a de Heródoto, preocupado com a cultura e a história, Diodoro da Sicília, que escreveu sobre a geografia, Estrabão, interessado no Vale do Nilo, Plutarco, que estudou a religião e o geógrafo Tolomeo, que resistiram ao tempo, tornado-se uma referência para o estudo do Antigo Egito, juntamente com a cultura material e os papiros remanescentes das épocas dos faraós (GRIMAL, 1996).

Os diários de bordo tornaram-se um item indispensável na bagagem dos viajantes, principalmente durante o século XIX, quando as viagens ao Oriente fizeram parte do itinerário de qualquer pessoa interessada em conhecer novas culturas e sociedades. Além das narrativas de viagem de Gerard de Nerval, contemporâneo de Flaubert, Gustave Flaubert, a fonte escolhida para esta dissertação, e Eça de Queirós, que desembarcou em Alexandria em 1869, uma série de trabalhos foi publicada sobre o

Egito na França no início do século XIX, como *Viagem no Baixo e Alto Egito*<sup>54</sup>, do barão Vivant Denon, *Descrição do Egito*<sup>55</sup>, por ordem de Napoleão Bonaparte, *Sumário do sistema hieroglífico dos antigos egípcios*<sup>56</sup>, de Jean-François Champollion e *Manners and customs of the modern Egyptians*, de 1838, escrito por William Lane, que se tornaram uma leitura indispensável para um conhecimento prévio do território a ser visitado.

Essa multiplicação do interesse pelo Egito, resultando no lançamento de várias obras na Europa, ocorreu depois que Napoleão Bonaparte invadiu a Alexandria em 1798, e dessa forma, não somente o Egito, mas todo o Oriente tornou-se um lugar comum a novos estudos e viagens. Como vimos no segundo capítulo, as sociedades criadas para o estudo da Antiguidade Oriental espalham-se pelas principais capitais européias e nas maiores cidades orientais, realizando estudos que abrangiam a biologia, a história, a geografia, facilitando, portanto, a apropriação do Leste realizada pelo Ocidente durante o século XIX.

Flaubert, em algumas passagens, aponta que o seu imaginário já estava formando algo antes de sua partida para o Egito. Em Mahatta, ele vê dois turcos fumando perto de um muro circular, o que para ele “[...] era como uma gravura, uma visão do Oriente em um livro” (1986: 114).

Flaubert descreve as várias cidades por onde ele passa, entretanto, em Beit-el-Ouali, ele escreve: “Ver a descrição de Champollion o jovem no seu *Cartas sobre a Núbia*<sup>57</sup>” (1986: 142). E em El-Kab ele faz a mesma anotação, citando além do “Egito

---

<sup>54</sup> No original: *Voyage dans la Basse et la Haute Egypte*.

<sup>55</sup> No original: *Description de l’Egypte*

<sup>56</sup> No original: *Précis du système hiéroglyphique des anciens Egyptiens*.

<sup>57</sup> No original: *Lettres sur la Nubie*.

de Champollion”, “Figeac, *Universo pitoresco*”<sup>58</sup> (1986:152), mostrando ser um leitor atento às obras sobre o Egito lançadas na Europa.

Assim, escolhemos como fonte para a nossa Dissertação o diário de bordo de Gustave Flaubert, um viajante influenciado pela doutrina adotada pela França de um direito à expansão de suas fronteiras, que nos descreve um Antigo Egito mesclando os detalhes que ele percebeu ao longo da viagem. Logo, organizaremos essa parte do nosso trabalho da seguinte maneira, a saber: as apropriações dos monumentos do Antigo Egito; a descrição do Antigo Egito; as cores; mulheres e homens no diário de bordo: alusões a Antiguidade; raça; e, por fim, os sentimentos. Essa divisão fez-se necessária para auxiliar na maneira como o literato em questão visualiza os resquícios antigos no Egito.

#### a) *As apropriações dos monumentos do Antigo Egito*

Flaubert, em várias passagens em sua narrativa de viagem, depara-se com nomes de viajantes europeus grafados nas pedras constituintes de templos, muros ou pirâmides do Egito. Essa prática sinaliza uma relação de posse do Antigo Egito por parte do viajante europeu. Os monumentos e a história do Egito pertenciam-lhe, portanto, poderiam removê-los para as cidades européias<sup>59</sup>, complementando o acervo dos museus europeus, ou simplesmente deixar o meu nome inscrito neles. No interior de uma das pirâmides do vale de Gizé, a de Quéfren, temos um exemplo dessa prática: “*Sob o nome de Belzoni, e não menor, é aquele de M. Just de Chasseloup-Laubat*” (1986: 62).

Em Kom Ombo há um templo dedicado à Ísis, onde Flaubert encontrou novamente nomes grafados na fachada do templo:

---

<sup>58</sup> No original: *Univers pittoresque*.

<sup>59</sup> Como o obelisco que está em Paris, que “se encontrava contra o *pylône* da direita” (FLAUBERT 1986: 160).

“Para mim os nomes de viajantes, S. Chasseloup-Laubat, oficial francês, 1825, e Darcet; a data é ilegível. O nome tem sido gravado por pequenos buracos, e é sob a fachada do templo, um pouco a direita, na altura de um homem” (1986: 149).

No templo de Esneh, perto de Assuã<sup>60</sup>, que teve a sua construção iniciada durante o reinado de Ptolomeu VI (180-164 e 163-145 d.C.) e completado por Decius (249-251 d.C.), sendo dedicado a duas divindades distintas que são Khum, o deus criador, e a deusa Neith, há outros nomes inscritos nos muros do templo relatados por Flaubert: “*Sobre as lajes coroando os muros (telhado do templo), os nomes de soldados franceses. Muro do leste, e a data 1799: Louis Ficelin, Ladouceur, Lamour, Luneau, François Dardant*” (1986: 108).

O Templo de Esneh situa-se no Alto Egito, e essa passagem demonstra até onde o exército de Napoleão Bonaparte alcançou no território egípcio durante a sua invasão e conquista no final do século XVIII e início do XIX. Flaubert tem uma opinião para tantos nomes escritos nos monumentos: “*A gente se irritou com a quantidade de nomes de imbecis escritos por tudo*” (1986:62).

Essa irritação que Flaubert sentiu ao ver essas inscrições sugere que ele se preocupava com a preservação dos monumentos históricos da Antigüidade egípcia, ou que esses resquícios do Antigo Egito pertenciam ao Estado francês, não àqueles que deixaram seus nomes marcados nos monumentos. Essas sugestões remetem-nos a questão da formação da identidade nacional francesa durante o século XIX, que necessitava de um *outro* com características completamente opostas àquelas determinadas como ocidentais. Dessa forma, a conservação dos monumentos

---

<sup>60</sup> Cidade localizada perto da primeira catarata do Nilo, do lado oriental. Estabeleceu-se inicialmente na larga ilha de Elephantine. Era a maior fonte de granito no Egito faraônico.

arquitetônicos serviria de contraponto sempre que a França precisasse afirmar a sua identidade européia.

*b) A descrição do Antigo Egito*

A preocupação de Flaubert é descrever tudo que lhe estava ao alcance dos olhos, uma prática muito usada durante as expedições científicas do século XIX, e a arquitetura do Antigo Egito é o tópico recorrente em suas anotações. Primeiramente, é o Vale de Gizé, onde se encontram as grandes pirâmides e a Esfinge, que ele relata, inserindo algumas impressões dos monumentos que vê: *“Ela crescia, crescia e saía da terra como um cachorro que se levanta... Nós paramos diante da Esfinge, ela nos olhava de uma maneira assombrosa”* (1986: 59).

A Esfinge, que o olha de maneira assombrosa, é uma criação puramente egípcia, sendo parte leão, parte homem; uma criatura metamórfica, combinando o vigor animal e a inteligência humana<sup>61</sup>. A Esfinge está localizada no chamado Vale de Gizé, um complexo que compreendia, além das pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos, templos, palácio real e prédios administrativos<sup>62</sup>.

Flaubert também visita o templo localizado em El-Saboua, construído provavelmente por Ramsés II: *“[...] duas colunas de aproximadamente dez a doze pés, o pé esquerdo em diante; inclusive das esfinges. As duas primeiras... são perto das colunas...”* (1986, p.133).

---

<sup>61</sup> Há um debate sobre quem realmente teria construído a Esfinge. A única certeza é que sua construção ocorreu na IV dinastia, mas pode ter sido Quéops, Djedefre, Quéfren ou Miquerinos.

<sup>62</sup> Há um abandono desse complexo durante o Primeiro Período Intermediário, mas foi retomado durante o Médio Reinado.

Outro monumento descrito por Flaubert é o de Medineh-Habu, localizado perto de Tebas: “[...] a direita as colunatas de Amenofis bordadas na sua extremidade por algumas coberturas” (1986, p.167).

Flaubert também relata o Templo de Hamada<sup>63</sup>, situado na cidade de Korosko:

“O templo é recoberto por grandes lajes... as quais muitas são carregadas de inscrições gregas ilegíveis. Há sobre essas lajes ondulações regulares naturais, como seriam as ondas... Uma porta quadrada, uma cor transversal sobre aquela se abrem às três portas de três cores paralelas que, pelo fundo, comunica-se entre eles. Nos pronaos<sup>64</sup>, os caracteres são profundamente entalhados; no templo, eles são em relevo e pintados como as figuras” (1986: 119).

Flaubert navega por toda a extensão do rio Nilo no território egípcio, chegando no templo em Dakkeh, no qual ele se preocupou em descrever em variados detalhes:

“Templo em arenito – *Pylône*<sup>65</sup>: a gente subiu dentro por uma escada que clareou por um respiradouro... de lugar a lugar, pequenas salas. Sobre o planalto de *pylônes*, o acabamento, exteriormente recoberto, feito parapeito. De cada clarabóia superior antigamente quadrados como todas as outras aberturas de *pylônes*” (1986: 136).

A importância da descrição desses monumentos no diário de Flaubert pode estar relacionada com o pensamento orientalista da época, que busca encontrar os monumentos construídos pelas antigas sociedades orientais, e que indicariam o apogeu dessas sociedades. Logo, Flaubert está mostrando para a sociedade europeia as conquistas que ela está realizando através das invasões dos territórios orientais.

### c) As cores

<sup>63</sup> Nós não encontramos referências históricas sobre esse templo.

<sup>64</sup> Era a antecâmara do templo que precedia o espaço do templo reservado à estátua da divindade.

<sup>65</sup> Portal monumental localizado na entrada dos templos egípcios.

Não eram somente os monumentos que chamavam a atenção de Flaubert, as várias tonalidades de cores com a qual ele se deparou também o encantavam, principalmente as cores refletidas pelo sol no vale do Nilo, sendo descritas em várias passagens ao longo da narrativa de viagem:

“O sol se levanta diante de mim; todo o vale do Nilo, banhado no nevoeiro, parecia um mar branco imóvel, e o deserto atrás, com seus montículos de areia, como um outro oceano de um violeta sombrio cuja cada onda tinha petrificado” (1986: 60).

“Ao sol deitado, o Nilo é todo liso, o céu rosa, a terra negra; sobre o azul do rio uma tinta rosa, reflete do céu; diante de nós...” (1986: 92).

Não era somente o colorido do Nilo que impressionava Flaubert. A gradação de cores das roupas, principalmente aquelas usadas pelas mulheres, também foram registradas no diário de bordo: *“Elas têm as vestimentas azul céu, amarelo vivo, rosa, vermelho, todas essas cortada sobre a cor de peles diferentes”* (1986: 97).

Esse fascínio com as tonalidades de cores aponta para o vislumbre que o novo mundo oriental exerceu em Flaubert. Entretanto, as viagens ao Oriente eram despertadas pela curiosidade europeia, suscitada pela produção científica da época, favorecidas pelas sociedades de estudos que se multiplicaram pelas cidades orientais, incentivadas, por sua vez, pelas corridas imperialistas durante o século XIX.

#### *d) Mulheres e homens do diário de bordo: alusões à Antigüidade*

As mulheres egípcias, que apresentavam, conforme relatado na primeira parte deste capítulo, um estatuto privilegiado na sociedade faraônica se comparado às outras civilizações, não são citadas no diário de bordo. Uma cena envolvendo mulheres que lhe chama a atenção é a de um barco que navegava pelo Nilo ocupado por escravas:

“Essas mulheres são acutiladas de tatuagens; no segundo barco havia uma que tinha as suas costas assim marcadas de cima em baixo, isso fez todo o longo do lombo de linhas de qualquer enchimento arredondado sucessivos, cicatrizes de cortes cicatrizadas ao ferro quente” (1986: 123).

Portanto, Flaubert não comenta sobre as mulheres no Antigo Egito, denotando até mesmo o seu desconhecimento referente ao fato de elas terem um estatuto jurídico diferente comparado ao de outras sociedades, conforme descrito na primeira parte desse capítulo.

Além disso, ao relatar mulheres escravas, podemos fazer uma inferência de que o Oriente era visto como um escravo pelo Ocidente. Devemos lembrar que durante o século XIX, os escravos vendidos para várias sociedades na América e na Europa eram provenientes da África, e um desses lugares era o destino das escravas descritas por Flaubert.

A situação dos homens árabes era um pouco diferente da das mulheres. Flaubert aprendeu muito sobre a história do Egito com os seus guias árabes e também de homens comuns que habitavam as margens do Nilo, como a descrição da aparência de Napoleão, que ele ouviu de um homem que o conheceu:

“Pequeno, sem barba, a mais bela figura que ele jamais tinha visto, bonito como uma mulher, com os cabelos todos loiros; ele fazia indistintamente esmola aos judeus, aos cretenses e aos mulçumanos” (1986: 75).

Flaubert valoriza os homens árabes porque absorveu informações sobre o Antigo Egito e fatos recentes dos guias que o acompanharam na viagem pelo Nilo. Porém, as imagens que ele constrói a partir dessas informações parecem-se com as realizadas por Heródoto, inserido no contexto imperialista grego, que reproduzia as histórias que ouvia em sua viagem a terras dos faraós, mas de sua maneira, na maioria

das vezes escritas como um discurso indireto. Flaubert também relata aquilo que ouvia da sua maneira, uma prática que indica a influência do discurso orientalista e imperialista durante o século XIX, uma vez que o que se aprendia sobre o Oriente deveria ser passado por um intérprete europeu, antes de ser apresentado à população ocidental.

#### *e) Raça*

Há uma passagem no diário de bordo, escrita quando Flaubert estava em Djeddah, que poderia passar despercebida aos nossos olhos se não tivéssemos em mente o contexto em que o nosso viajante estava inserido, como se mostra a seguir:

“Há, eu creio, na raça negra, muita variedade ainda que na raça branca. Compare o negro do Sênar (tipo indiano, caucasiano, europeu, puro negro) com o negro da África central: a cabeça do negro de Guiné é uma cabeça de Júpiter de lado” (1986: 188).

Sem as discussões realizadas no segundo capítulo acerca dos estudos científicos realizados pela Europa no século XIX, talvez não entendêssemos a necessidade de Flaubert em escrever esse trecho em seu diário. A discussão sobre o conceito de raças tornava-se recorrente nos centros de pesquisas europeus, e para determinar as diferenças cruciais entre elas utilizavam-se vários testes, inclusive o que media e comparava o crânio de esqueletos encontrados em escavações arqueológicas com aqueles de pessoas que eram convidadas a participar dos testes, buscando estabelecerem dados que assegurassem a hegemonia dos europeus no topo do processo evolutivo estudado por Charles Darwin. Dessa forma, podemos ilustrar como as obras literárias podem ser usadas como fonte histórica para o estudo da história e da cultura das sociedades.

f) *Os sentimentos*

Flaubert transmitiu em seu diário as suas sensações ao longo da viagem, como a primeira vez que andou de camelo, que parece não ter sido uma sensação muito agradável: *“Impressão solene e inquieta quando eu senti meu pé se apoiando sobre a terra do Egito”* (1986: 43).

Em Luxor, atual Tebas, Flaubert deixa transparecer o seu encanto pelas antigüidades do Oriente:

“[...] eu senti subindo do fundo de mim um sentimento de felicidade solene que ia ao encontro desse espetáculo, e eu agradei a Deus no meu coração de me ter feito apto a desfrutar dessa maneira; eu me sentia com sorte para pensá-la, embora ele me parecesse entretanto não pensar em nada; era uma prazer íntimo de todo o meu ser” (1986: 100).

A área de Tebas, que se tornou capital do Antigo Egito durante partes da XI dinastia e durante o Novo Reinado, inclui os dois lados do Nilo. Na parte oriental encontra-se a cidade de Waset, que tinha dois templos do Alto Egito, o templo de Karnak ao norte e o templo de Luxor ao sul, e no lado ocidental cemitérios reais e numerosos complexos de templos. O templo de Karnak<sup>66</sup> também foi explorado por Flaubert: *“Karnak me parece mais bonito e maior que nunca. Tristeza em deixar as pedras! Por quê?”* (1986: 179).

Flaubert, depois de se maravilhar com o Antigo Egito, elogia um gesto árabe em seu diário, apesar de estar envolvido em uma época que considera os povos orientais como bárbaros: *“O homem na terra, alongando os braços para apertar a mão ou oferecer alguma coisa ao homem montado sobre seu camelo, é um dos mais belos gestos orientais”* (1986: 181).

---

<sup>66</sup> Talvez seu primeiro santuário seja da época do início da XII dinastia. Entretanto, somente no Novo Reinado, quando Tebas é escolhida como centro do governo egípcio, é que Karnak torna-se o centro do culto de Amon, o principal responsável divino e o protetor do império, com sua esposa Mut e seu filho Khonsu.

Essas passagens selecionadas refletem o sentimento de um viajante que se depara com um mundo novo pela primeira vez. Com Flaubert não seria diferente; ele chega ao Antigo Egito procurando as imagens que construiu através das leituras que realizou nas bibliotecas européias, e que o encanto a ponto de ele sentir tristeza por ter de ir embora. Porém, não podemos esquecer que ele carrega para o Oriente as idéias presentes no século XIX, que serão discutidas no próximo tópico, apresentando um sentimento contrário ao vislumbre.

g) *A crítica de Flaubert*

São muitas as passagens em que Flaubert evidencia a influência do discurso imperialista do século XIX, que caracteriza o Oriente como um lugar bárbaro, sem elementos positivos, salvo os resquícios de suas antigas civilizações. Dirigindo-se a Edkou, Flaubert nos apresenta como ele vê o Egito: *“Uma cange em tartana passa em cima: eis ali o verdadeiro Egito, efeito melancólico e aborrecedor; vós pressentis já alguma coisa de imenso e de implacável no centro do qual vós vos perdestes”* (1986: 49).

Em Midenet el-Fayoum, Flaubert relata a decepção em ver os templos em ruínas. Essa cidade fica no Delta do rio Nilo, e são poucas as cidades localizadas nessa região que mantiveram os seus templos sagrado em pé: *“Tumbas em ruínas, que parecem a do fundo do fracasso; das coisas miseráveis, dos ossos brancos aparecendo mesmo na terra, como uma galantina cortada pela metade”* (1986: 91).

No templo de Esneh podemos perceber que Flaubert caracteriza a pintura parietal egípcia como repetitiva:

“Ao fundo, porta ao meio, duas outras menores; os muros são cobertos de grandes desenhos representando a apresentação de

oferendas às divindades, por toda a parte as mesmas cenas são repetidas” (1986: 107).

Entretanto Flaubert afirma que os hieróglifos encontrados nos templos e pirâmides construídos ao longo do Egito são: “[...] *diferentes; isso não é, pois uma repetição da mesma coisa, ainda que todas essas repetições se pareçam*” (1986: 175).

Essa imagem de que as representações são repetitivas deve-se ao fato de Flaubert ter visitado muitos templos, onde encontramos muitas cenas de adoração e oferendas aos deuses egípcios. Como talvez Flaubert reconhecesse poucos deuses, uma vez que ele havia estudado o Antigo Egito nas bibliotecas francesas, ele acredita que todas as cenas sejam sempre iguais.

O que chamou mais a nossa atenção durante a leitura do diário de bordo foi a afirmação feita pelo autor após ter descrito com tantos detalhes os templos e as tumbas do Antigo Egito:

“Reflexão: os templos egípcios me entediam profundamente. É que isso vai tornar-se como as igrejas da Bretanha, como as cataratas dos Pirineus? Ô a necessidade! Fazer aquilo que é necessário fazer; ser sempre, segundo as circunstâncias (e ainda que a repugnância do momento vós dela desviado), como um jovem homem, como um viajante, como um artista, como um filho, como um cidadão, etc., deve ser!” (1986: 129).

Nem a arte parece agradar o nosso viajante francês. Em El Kab, atual Nekhbet, situada no Alto Egito, existem dois templos: o maior dedicado a Nekhbet, construído provavelmente por Nektanebo II (360-343a.C.), e o menor, construído por Ramsés II e dedicado a Sobek e Thot, onde Flaubert afirma que: “*Nada é mais divertido como essas pinturas que se libertam da rigidez implacável da arte egípcia*” (1986: 152)

Depois de apresentadas algumas passagens que procuram ilustrar melhor como o diário de bordo é constituído, algumas considerações finais ficaram para ser feitas nesse momento. A primeira confirma a discussão referente ao uso das obras literárias como fonte de pesquisas para estudos históricos. Há passagens que forneceram elementos que nos auxiliaram a reconstruir algumas características do contexto em que Flaubert estava vivendo, como a necessidade de descrever todos os templos, cidades e tumbas que vê, uma prática recorrente dos estudos científicos e também a forma como ele lida com o Antigo Egito.

Apesar do vislumbre inicial com as construções que diferem das conhecidas na Europa, Flaubert acaba através das etapas de construção do *outro* citadas por François Hartog (1999) no primeiro capítulo – comparação, inversão, analogia e *thôma* -, reproduzindo um discurso que tem por finalidade justificar a invasão dos franceses no Oriente com o discurso de levar a civilização a esses povos, e também auxiliar na instituição de uma identidade francesa oposta a todas as características egípcias.

Ainda que Flaubert tenha se mostrado decepcionado com algumas paisagens, ele parece ter se encantado com o Egito: “*Eu não vi indo embora no horizonte a terra do Egito, eu não lhe fiz meus últimos adeus!... Eu retornarei lá?*” (1986: 206).

Entretanto, Flaubert não retornou à terra dos faraós. O diário de bordo dessa viagem somente foi lançado em 1906, contribuindo para a construção de um imaginário do Antigo Egito nos seus leitores, além de influenciá-los a tornarem-se futuros viajantes.

#### 4. CONCLUSÃO

Ainda que nosso trabalho já apresentar em seu corpo várias colorações conclusivas, achamos pertinente destacar e reafirmar, neste momento, algumas observações que consideramos importantes da nossa pesquisa sobre a narrativa de viagem de Gustave Flaubert, complementando algumas questões que foram debatidas nos capítulos anteriores.

Destacamos, inicialmente, que concordamos com a posição dos autores apresentados no primeiro capítulo acerca do uso de obras literárias para o estudo das sociedades, sejam elas antigas ou contemporâneas, pois essas obras são influenciadas pelo contexto social, político e histórico no qual seus escritores estão inseridos. Devemos, dessa forma, analisar o texto e o contexto juntos, percebendo como os literatos relacionam-se com a realidade. Entretanto, não pretendemos afirmar que as obras literárias reflitam sem distorções a realidade em que o autor vive, mas consideramos a parcela de ficção que o escritor utilizou para adaptá-la melhor a trama de sua história.

Como demonstramos, Flaubert deixou transparecer, em algumas passagens de sua narrativa de bordo, teorias que estavam sendo elaboradas no século XIX através de pesquisas científicas, como a questão da superioridade e inferioridade das raças, alavancadas pelas descobertas dos estudos realizados por Charles Darwin sobre a evolução das espécies. Foi através desse discurso que a França justificou a sua política de expansão das fronteiras nacionais, permitindo que ela invadisse e depois conquistasse os territórios orientais. É nesse momento que o orientalismo é criado, aliando a força cultural, pois cabe ao Ocidente repassar as informações sobre o Oriente,

à força militar, garantindo a permanência dos territórios orientais sobre o jugo da Europa.

Com o orientalismo, segundo Edward Said, a França apropriou-se da Antigüidade oriental como um contraponto para a constituição da sua identidade nacional durante o século XIX. Apesar do Oriente, como um mundo novo, maravilhar os europeus devido aos seus monumentos arquitetônicos antigos, ele é desvalorizado, tornando-se o local onde todas as características opostas àquelas desejadas pela França estão presentes. Assim, percebemos como o Antigo Egito pode até fascinar Flaubert em um primeiro momento, mas logo essas impressões mudam, e passam a ser aspectos que depreciam essas sociedades orientais, e enaltecem, em segundo plano, os territórios ocidentais.

O estabelecimento de uma identidade francesa contribuiu para a disseminação do sentimento nacionalista nessa sociedade durante o século XIX. O estabelecimento de uma cultura nacional em toda a França, juntamente com a imposição de uma única língua e da constituição de uma memória coletiva, perpetuada através da produção de monumentos comemorativos, gera um sentimento nas várias localidades presentes de pertencimento àquele território, fortalecendo a busca pela instituição do Estado Nação francês.

No último capítulo, quando descrevemos uma breve introdução sobre o Antigo Egito, descobrimos o caráter divino creditado à escrita. O escriba, por receber os ensinamentos relativos à forma de escrever, não somente registrava um nome, mas acabava criando-o. Logo, o escriba detinha um poder sobre esses nomes criados. Essa relação de criação e poder pode ser observada nas representações sobre o Oriente ocorridas durante o século XIX, mas ressaltando que estamos discutindo períodos históricos distintos.

Como vimos anteriormente, a Antigüidade oriental que era apresentada na Europa fora criada pelos orientalistas através das pesquisas incentivadas pelas sociedades de estudos fundadas em várias capitais européias e em algumas cidades do Leste, resultando em um conhecimento que se torna fundamental, segundo Said, na relação de poder do Ocidente sobre o Oriente. No momento em que Flaubert, por um lado, relata o Antigo Egito em seu diário de bordo, ele está, por outro, gerando um saber que dotará a sociedade francesa de um poder sobre a terra dos faraós.

Um ponto importante a ser ressaltado aqui se deve ao fato de encontrarmos obras e textos que analisam a produção literária de Flaubert, como os trabalhos dos autores discutidos no primeiro capítulo. Entretanto, notou-se que<sup>67</sup> a narrativa *Viagem ao Egito*, escolhida como fonte histórica desta pesquisa, parece não ter sido ainda estudada pelos historiadores, revelando o caráter inovador desta pesquisa.

Outro ponto que gostaríamos de destacar foi a dificuldade em estabelecer uma história do Egito durante o século XIX. Os dados descritos no segundo capítulo dessa Dissertação não foram elencados de uma única obra, mas sim foram alusões que encontramos em vários textos, cabendo a nós interpretá-los e organizá-los de uma forma cronológica e coerente.

As passagens selecionadas no terceiro capítulo apontam para as diversas sensações que Flaubert relatou no seu encontro com os resquícios da antiga sociedade egípcia. O contato com as cores e os monumentos egípcios, que Flaubert relata com uma riqueza de detalhes, aponta para o vislumbre que o mundo novo imprime no viajante europeu. Entretanto, com o passar da viagem, o encantamento se dissipa, e o discurso imperialista de superioridade do ocidental, presente no contexto francês,

---

<sup>67</sup> através do levantamento realizado.

manifesta-se nas lentes com as quais se observava o Oriente, menosprezando, de certo modo, toda essa cultura material produzida pelos antigos egípcios.

Procuramos, ao longo dessa Dissertação, perceber como o discurso imperialista influenciou a maneira como o nosso viajante descreveu a sociedade do Antigo Egito, através da análise das representações realizadas por Flaubert na sua narrativa de viagem. Para tanto, achamos necessária a apresentação de vários elementos que nos auxiliaram neste estudo. As conclusões apresentadas neste trabalho não têm por objetivo finalizar as discussões apresentadas, mas apresentar as nossas interpretações e ampliar novas possibilidades de estudo sobre a interface entre a História Antiga e a Contemporânea.

## BIBLIOGRAFIA

*Fonte:*

FLAUBERT, Gustave. **Voyage en Egypte: octobre 1849-juillet 1850**; présentation de Catherine Meyer; photographies de Maxime Du Camp. Paris: Editions Entente, 1986.

*Obras de referência:*

ALMOND, Gabriel. **Una disciplina segmentada. Escuelas y corrientes en las Ciencias Políticas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

ARENDT, Hanna. **As origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

ASHCROFT, Bill e AHLUWALIA, Pal. Orientalism, in **Edward Said**. London: Routledge, 2001.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. A Nova História Intelectual de Dominick La Capra e a noção de raça, in RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 123-134.

BAKOS, Margaret Marchiori. Desdobramentos de um desejo, in FUNARI, Pedro Paulo, FEITOSA, Lourdes Conde, SILVA, Glaydson José (orgs). **Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fatos e mitos do Antigo Egito**. Porto Alegre. EDIPUCRS. 1994.

BERNAL, Martin. **Atenea Negra. Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica**. Vol. 01. Barcelona: Crítica. 1993.

\_\_\_\_\_. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e a hegemonia européia in **Repensando o Mundo Antigo**. Trad. Fábio Adriano Hering. Textos didáticos n° 49: IFCH/UNICAMP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A conquista da autoridade. A fase crítica da emergência do campo, in: \_\_\_\_\_ **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa, in BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 327-46.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudo de teoria e história literária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. Gênero e literatura ficcional: o caso do Antigo Egito no 2º milênio A.C. in FUNARI, Pedro Paulo, FEITOSA, Lourdes Conde, SILVA, Glaydson José (orgs). **Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sete Olhares sobre a Antigüidade**. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed editora, 2001.

DOSSE, François. A era Lavissee in **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio; Campinas, S.P.: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p.36-43.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

DUMESNIL, René. **Gustave Flaubert: l'homme et l'oeuvre**. Paris: Desclée de Brouwer, 1947.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FLAUBERT, Gustave. **Bouvard et Pécuchet: oeuvre posthume avec introduction et notes par Edouard Maynial**. Paris: Garnier, 1954.

\_\_\_\_\_. **Carnets de travail**. Paris: Balland, 1988.

\_\_\_\_\_. **Correspondance**. Paris: L. Conard, 1926-1933.

\_\_\_\_\_. **La tentation de Saint Antoine**. Paris: Flammarion, 1995.

\_\_\_\_\_. **Le dictionnaire des idées reçues**. Paris: L. Conard, 1947.

\_\_\_\_\_. **Les lettres d'Égypte de Gustave Flaubert d'après les manuscrits autographes**. Paris: A. G. Nizet, 1965.

\_\_\_\_\_. **Madame Bovary**. Paris: Gallimard, 1936.

\_\_\_\_\_. **Oeuvres complètes de Gustave Flaubert**. Paris, Ed. Du Seuil, 1964.

\_\_\_\_\_. *Flaubert par lui-même*. Paris: Éditions du Seuil, 1951.

\_\_\_\_\_. **Salammbô**. Paris: Flammarion, 1992.

\_\_\_\_\_. **Trois contes**. Paris: Flammarion, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyolo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Problemas Brasileiros de Antropologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

FUNARI, Pedro Paulo A. **A vida cotidiana na Roma Antiga**. São Paulo: Annablume, 2003.

\_\_\_\_\_. **Antiguidade Clássica: História e Cultura a partir dos documentos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Guerra do Peloponeso, in MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras** São Paulo: Contexto, 2006. p. 19-45.

FINLEY, Moses. **História Antiga: testemunhos e modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Uso e abuso da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FURET, François. **A oficina da história**. Lisboa: Gradiva: 197-.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GEARY, Patrick J. **O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo**. Trad. Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GRIMAL, Nicolas. **Historia del antiguo Egipto**. Madrid: Ediciones Akal, 1996.

GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e História in **O romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985. p.13-21.

HARLAN, David. A História Intelectual e o retorno da Literatura, in RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 15-62.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HERÓDOTO. **Histórias**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Era do Capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JAMES, Henry. **Gustave Flaubert**. Trad. Léa Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

JENKINS, Brian. **Nationalism in France: class and nation since 1789**. Savage, Md.: Barnes & Noble, 1990.

JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica, in FUNARI, Pedro Paulo; ORSER JR., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange. **Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.

KEMP, Barry J. **Ancient Egypt: anatomy of a civilization**. Routledge: London e New York, 1991.

KENNEDY, Valerie. **Edward Said: a critical introduction**. Oxford, UK; Malden, MA, USA: Polity Press in association with Blackwell, 2000.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra in, HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LACAPRA, Dominick. **History, politics and the novel**. New York: Cornell University Press, 1989.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo, estágio supremo do capitalismo**. Coimbra: Centelha, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editora Presença: 1980.

LOPES, Fábio. A História em xeque: Michel Foucault e Hayden White, in RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 287-308.

LOWITH, K. Hegel; Progresso X Providência e Vico in **O sentido da História**. Lisboa. Edições 70, 1977. p.67-106; p.119-138.

LOZANO, Jorge. **El discurso histórico**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MAUPASSANT, Guy de. **Gustave Flaubert**. Trad. Betty Joyce. Campinas: Pontes, 1990.

MELLA, Federico A. Arborio. **O Egito dos faraós: história, civilização, cultura**. São Paulo: Hemus Editora, 1981.

MOHL, Jules. **Vingt-sept ans d'histoire des etudes orientales: rapports faits à la Société asiatique de Paris de 1840 a 1867**. Paris: Reinwald et Cie, 1879.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad. Maria Beatriz B. Florenzano. Bauru, S.P.: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ensayos de historiografia antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Econômica: 1997.

MONOD, Gabriel. Du progrès des études historiques em France depuis le XVIe siècle in **Revue Historique**. France, Vol. 518, (avril-juin 1976). p.297-324.

MORAES, Érica Siane. **Heródoto e o Egito. Tradução e comentário do Livro II das Histórias**. Campinas, 1999. Dissertação de Mestrado.

NOBLECOURT, Christiane Desroches. **A mulher no tempo dos faraós**. Campinas: Papyrus, 1994.

NUNES, Benedito. A visão romântica in **O romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985. p. 51-74.

OLIVER, Roland. **A experiência africana: da pré-história aos dias atuais**. Trad. Renato Aguiar. Revisão técnica, Paulo de Blasis. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

OLIVIER, Laurent. As origens da arqueologia francesa, in **Repensando o Mundo Antigo**. Trad. Glaydson José da Silva. Textos didáticos n° 49: IFCH/UNICAMP, 2003.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

RICOEUR, Paul. **Hermeneutics and the human sciences: essays on language, action and interpretation**. Cambridge : Cambridge University Press ; Paris : Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Glaydson José da. **Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy: usos do passado**. Tese de doutorado. Campinas, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. Lisboa: Edições 70, 1981.

\_\_\_\_\_. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TURNER, Bryan S. Outline of a theory of Orientalism, in TURNER, Bryan S. *Orientalism: Early sources*. Vol. 1, London: Routledge, 2000. p. 01-31.

VERCOUTTER, Jean. **L'Égypte et la vallée du Nil: des origines à la fin de l'Ancien Empire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

\_\_\_\_\_. **O antigo Egito**. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel Editorial, 1980.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História**. Brasília, UNB, 1992.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os gregos, os historiadores e a democracia: o grande desvio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WEHLING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica in **Revista de História**. São Paulo, Vol.46. (1973), p.177-200.

WILSON, Edmund. **O castelo de Axel: estudo sobre a literature imaginative de 1870 a 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

#### **Artigos:**

BAYM, Max I. William Dwight Whitney and Ernest Renan: The Role of Orientalism in Franco-American Relations in **Journal of the American Oriental Society**, Vol. 99, No. 2. (Apr. - Jun., 1979), p. 225-234. Disponível em: < <http://www.jstor.org> >. Acesso em 22/12/2004.

BRAGINSKY, Vladimir I. Rediscovering the 'Oriental' in the Orient and Europe: New Books on the East-West Cultural Interface: A Review Article, in **Bulletim of the School of Oriental and African Studies, University of London**, Vol. 60, No 3. (1997), pp. 511-532. Disponível em: < <http://www.jstor.org> >. Acesso em 22/12/2004.

FERREIRA, Antonio Celso. História e Literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares, in **Pós-História**, Assis, n. 04, p. 23-44, 1996.

FUNARI, P. P. A. Retórica e argumentação, do mundo clássico ao nosso cotidiano. **Revista Eletrônica história e-história**, Bragança Paulista, v. 2004, 2004. Disponível em: <[http:// www.historiaehistoria.com.br](http://www.historiaehistoria.com.br)>. Acesso em 14/04/2006.

GRALHA, Julio. Senhor da Casa, Divindade e Monarca: As várias imagens da mulher egípcia in **A Mulher na Antigüidade**. No prelo.

GREGORY, Derek. Between the Book and the Lamp: Imaginative Geographies of Egypt, 1849-50, in **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, Vol. 20, No. 1. (1995), pp. 29-57. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 22/12/2004.

LANNAN, Charles R. Recent Publications in the Field of Indian Antiquities (in Reviews and Book Notices), in **The American Journal of Philology**, Vol. 1, No. 3. (1880), pp. 345-351. Disponível em: <[www.jstor.org](http://www.jstor.org)>. Acesso em: 15/06/2006.

RÉMOND, Réne (org). Uma história presente, in **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.13-36.

RODKEY, Frederick Stanley. The views of Palmerston and Metternich on the eastern question in 1834, in **The English Historical Review**, vol.45, no.180. Oct., 1930, p.627-640. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 12/12/2006.

SOMERS, Margaret. ¿ Qué hay de político o de cultural en la cultura política y en la esfera pública? Hacia una sociología histórica de la formación de conceptos. **Zona abierta**, ISSN 0210-2692, N° 77-78, 1996, pags. 31-94. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es>>. Acesso em: 02/04/2005.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha história. **Revista de História**. Campinas, n. 2/3, p. 13-37, 1991.

STRAUSS, Jonathan. Political Force and the Grounds of Identity from Rousseau to Flaubert” in, **MLN**, Vol. 117, No. 4, French Issue. (Sep., 2002), pp. 808-835. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 15/06/2006.

THOMPSON, Jason. Edward William Lane's “Description of Egypt”, in **International Journal of Middle East Studies**, Vol. 28, No. 4, (Nov., 1996), p. 565-583. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 22/12/2004.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. Liberdade, igualdade, antigüidade: a Revolução Francesa e o mundo clássico,in **Phônix**, Rio de Janeiro, 4:205-255, 1998.

**Dicionários e Enciclopédias:**

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB, 1993.

**Dictionnaire du XIXe siècle européen**. Paris: Press Universitaires de France, 1997.

**Encyclopedia of the Archaeology of Ancient Egypt**. London and New York: Routledge, 1999.

LEVI, Anthony. **Guide to French literature: 1789 to the present**. Chicago; Londers. St James Press, 1992.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

**The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt**. Oxford: University Press, 2001.

# **Anexos**

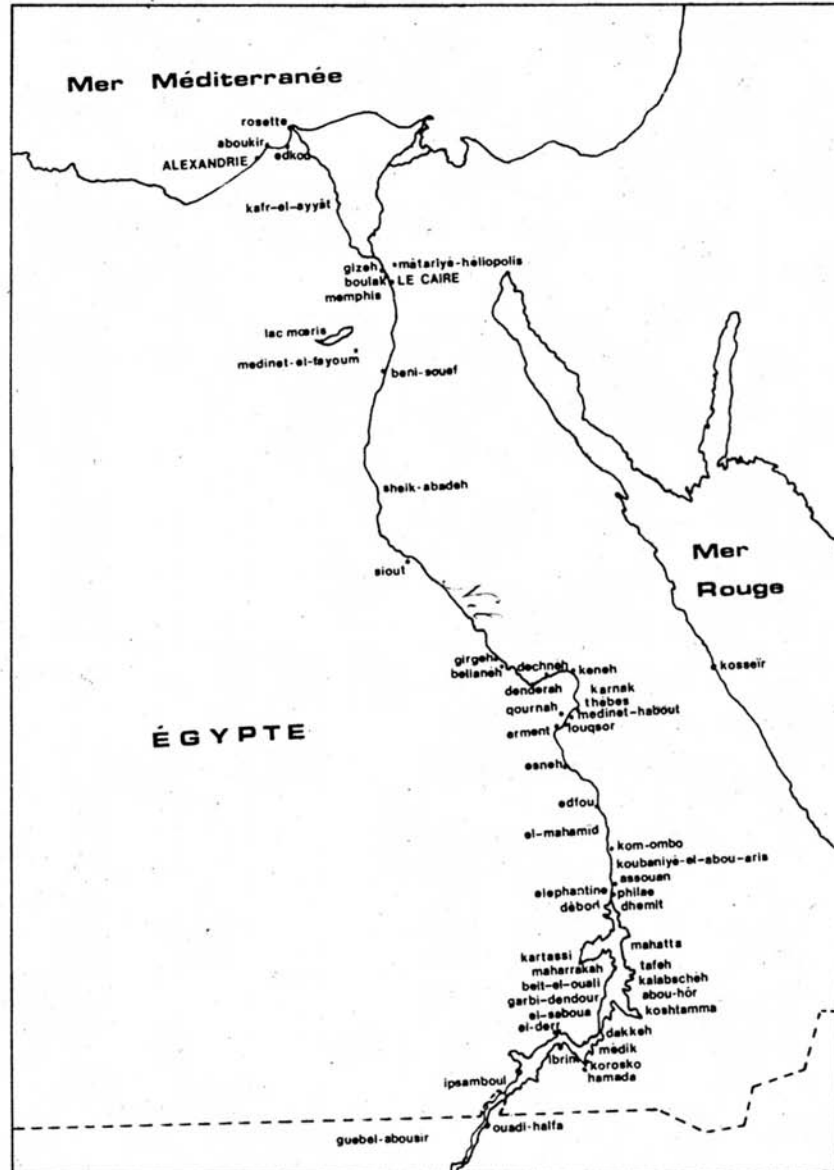


Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8